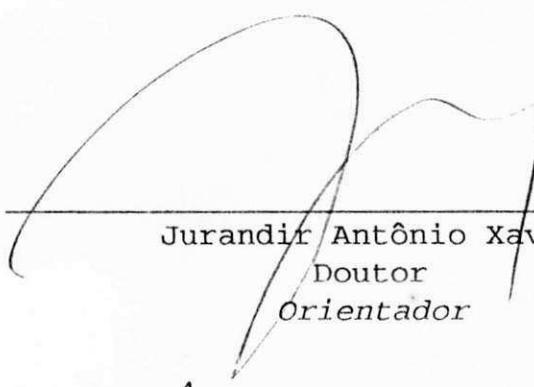


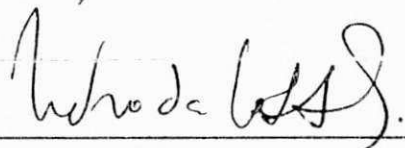
**ASSENTAMENTOS RURAIS E PROJETOS DE VIABILIDADE:
A "METODOLOGIA PNUD": LIMITES E SUPERAÇÃO NO CAPITALISMO**

PAULO ROBERTO REBESCHINI

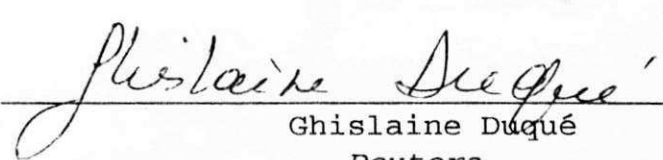
Dissertação defendida e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Jurandir Antônio Xavier
Doutor
Orientador



Ivandro da Costa Sales
Notório Saber



Ghislaine Duqué
Doutora



R114a Rebeschini, Paulo Roberto.
Assentamentos rurais e projetos de viabilidade a
"Metodologia PNUD" : limites e superação no capitalismo /
Paulo Roberto Rebeschini. - Campina Grande, 1994.
111 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade
Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1994.
"Orientação : Prof. Dr. Jurandir Antônio Xavier".
Referências.

1. Economia Política. 2. Reforma Agrária -
Assentamentos. 3. Metodologia - Projetos de Viabilidade. 4.
Assentamentos - Metodologia PNUD. 5. Trabalho - Estrutura
Agrária - Movimento Sem Terra (MST). 6. Dissertação -
Sociologia. I. Xavier, Jurandir Antônio. II. Universidade
Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 333.013.6:323.4(043)

DEDICATÓRIA

A todos que, com seu trabalho e suas vidas, constroem a riqueza deste país e com certeza, num futuro próximo, construirão as suas próprias riquezas recuperando a dignidade da vida - trabalhadores rurais e urbanos; e a todos aqueles que com seu trabalho técnico buscam instrumentalizar esta transformação.

PERVERSIDADE CULTURAL

"Característica marcante da produção cultural contemporânea, à época regressiva, em suas multivariadas manifestações estéticas, científicas ou políticas, é sua relação socialmente perversa com as desigualdades regionais, econômicas e sociais. Ali, tais desigualdades, não mais se apresentam retratadas para que elas sejam pesquisadas, explicadas ou criticadas socialmente, senão para que elas sejam utilizadas, aproveitadas ou exploradas naquilo que rentável for privadamente. Por tal produção, já não mais se é conduzido à indignação, à crítica ou a militância social-cultural, vias pelas quais também as da superação das desigualdades sociais poderiam vir a ser abertas. Ao contrário, por ela se é conduzido à indiferença, ao conformismo ou à legitimação da amplificação das desigualdades sociais. Isso significa que, na reflexão social, científica, cultural ou política, as desigualdades sociais não mais constituem fonte de motivação ou engajamento social, visando a superação delas, senão de motivação ao usufruto privado de vantagens, proveitos e lucros que se originam da própria amplificação das desigualdades sociais.

Tal evolução é particularmente dramática em países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil, pois tais rumos da produção cultural vêm se impondo num cotidiano social em que não se verifica redução das desigualdades sociais, mas amplificação delas. E, numa tal dimensão que, sem precedentes noutros países, aqui se constituíram, de um lado, uma elite capitalista, prepotente, inativa e parasitária, rentista do Estado, que, em seu mecenato, apenas opera o financiamento de uma espécie de 'queima de arquivos' em torno dos métodos (parasitários, bem como social-exterminativos) pelos quais suas fortunas foram acumuladas. Elite que insiste em se ver apresentada econômico, social e historicamente sob papéis produtivos, bem como social-desenvolvimentistas, que, decididamente, no capitalismo real deste país, nunca foram seus, próprios. De outro lado, jaz uma população trabalhadora que, desempregada, pauperizada e indigente em seu poder de compra, apenas se reproduz social-exterminativamente. Evolução que, tornando hipócrita, cínica e torpe tal elite capitalista, tanto quanto miserável, animalizada e brutalizada, a população trabalhadora acabou tornando social-barbarizado o cotidiano do país.

Dizer que a barbárie social vai se cotidianizando, significa dizer que determinados fenômenos sociais, trágicos, excepcionais ou específicos (a exemplo, desemprego), persistindo sua reprodução em longos períodos, acabam se tornando normais.

aparentemente acabada em que se apresentam no cotidiano social, tais fenômenos deixam de ser percebidos em suas especificidades constitutivas, evolutivas ou circunstanciais. Cotidianizados, tornando normal sua reprodução, tais fenômenos não mais despertam indignações, nem motivações à busca daquelas razões históricas (relações sociais em que tais fenômenos se originam), causais (relações em que ganham sobrevivência) e temporais (relações em que desaparecem) que lhes dão sobrevivência. Tomados por normais, 'assim', naquelas formas em que se apresentam socialmente, 'aqui e agora', deles nada mais vem a ser considerado na percepção social-cultural, mais além de suas aparências, banalizadas.

Por isso mesmo, já não mais se vê, num desempregado, nem a tragédia social do desemprego, que se abate plenamente no próprio desempregado, sua família, nem a carência de emprego a ser superada econômico-socialmente: não mais se vendo, no desempregado, o uso improdutivo que da riqueza fazem seus proprietários capitalistas. Negada a realidade social que torna trabalhadores em desempregados, neles não mais se vê cidadãos, mas bandidos, neles não mais se vendo fracassos capital-sociais, senão individuais. Fracassos que seriam superados, não por via da transformação social, mas da prisão ou da pena de morte, pessoal." (Xavier, 1992: 8-13)

AGRADECIMENTOS

À Glória e Moira, meus amores, que durante a "Síndrome da Tese" tiveram que se bastarem a si mesmas em diversos momentos, mas com certeza sempre em comunhão em nosso amor fraterno.

A João e Maria, "P.C." e "Tchê", técnicos comprometidos com o trabalho e a transformação social, com quem, no convívio profissional discutíamos nossas concepções; e assim a todos os técnicos com que nos relacionamos fraternalmente.

À "Teca", que me fez apaixonar pela "Metodologia PNUD"; e assim a todos os instrutores e coordenadores do Programa de Capacitação Técnica INCRA - PNUD e técnicos e dirigentes da APACO.

A Carini, agricultor do Assentamento Volta Grande em Abelardo Luz e componente da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Sociedade - COPRANOVA, que busca conciliar os desafios cotidianos da vida, com os desafios de solidificar a cooperativa; e assim a todos os assentados de Abelardo Luz, em especial do Volta Grande, "25 de Maio" e Papuã I e II com os quais convivemos bons e complexos momentos.

A Jurandir, meu orientador, cujas idéias iniciais, ao encontrarem uma riquíssima substância nutritiva e orientadora, transformaram-se neste trabalho, e solidificaram uma "praxis social" ávida pela transformação desta realidade brutal que vivemos; e assim a todos os professores do Mestrado de Sociologia e Economia da UFPB, em especial Cristina, Edgar, Renê, João Otávio, Lúcia, Salete, Rabehl, Fanni, Ghi e Reinaldo.

Aos amigos Marquinhos e Tônico, e assim a todos os amigos desta terra maravilhosa, terra da vida, com os quais muitas vezes secundarizamos o Mestrado, porém na renovação de nossas energias vitais estavam também as intelectuais.

A Pai e Mãe que na sua agonia da distância, de alguma forma faziam-nos chegar bons fluidos.

Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que através da Bolsa de Mestrado tornou menos difícil a sobrevivência enquanto acadêmico.

A Evaldo, colega de trabalho na Prefeitura Municipal de Ouro Verde, que nas ressacas natalinas traduzia nossa escrita para a linguagem informatizada; e assim, a todos os colegas da Prefeitura comprometidos como o trabalho e que, independente de sua posição funcional, buscam servir à população local e

À comunidade do Ervalzinho, composta por assalariados, arrendatários, pequenos produtores e fazendeiros que já nos acolhem há três anos, em especial à família da Margarida da Vanda e do Kido, nossos vizinhos mais próximos.

RESUMO

O desenvolvimento mais recente da luta pela terra fez surgir, no cenário agrário brasileiro, de forma mais generalizada e expressiva, os assentamentos de trabalhadores rurais. Deste processo, inúmeras iniciativas buscam trabalhar a viabilidade sócio-econômica destas áreas reformadas e por conseguinte das famílias assentadas.

É de uma destas iniciativas, a Metodologia de Elaboração de Projetos de Viabilidade de Áreas de Assentamento, por nós denominada "Metodologia PNUD", que nos ocupamos neste trabalho.

Esta metodologia possui um instrumental pedagógico de construção participativa dos projetos de viabilidade dos assentamentos, que é aqui analisado, bem como traz uma concepção político-econômica que norteia sua utilização, consubstanciando esta o eixo central da tese. Esta concepção segue a tradição desenvolvimentista que predomina no debate agrário, em torno do qual constitui-se o que se convencionou chamar de "A Questão Agrária Brasileira".

Ao entender a pequena produção como uma unidade econômica vinculada ao sistema capitalista, onde lhe é extraído o excedente produzido propõe, como alternativa, o empresariamento associativo. A nível de assentamentos este processo os elevaria da categoria de "Unidades Jurídicas" à "Unidades Econômicas".

Esta compreensão, em nossa hipótese central, ao reconhecer o capitalismo, não o analisa em sua natureza, não trazendo para a discussão o fundamento da limitação à

existência e ampliação das condições de trabalho dignas ao ser humano - a propriedade privada e assim a necessidade histórica de sua superação na socialização - estando aí seus limites. Porém, ao destacar a categoria "trabalho" como fundamento da apropriação da riqueza produzida nas formas associativas, que é o fundamento da proposição de transformação social via superação da natureza privada da propriedade, apontam-se suas possibilidades.

ABSTRACT

The most recent development of the struggle for the land made emerge, in the Brazilian agrarian scenery, in a most expressive and generalized way, the settling of the rural workers. From this process, many initiatives try to make work the socioeconomic feasibility of these reformed areas and consequently of the settled families.

It is one of these initiatives, the Methodology of Elaboration of Feasibility Projects for Settling areas, called by us "PNUD(MEFPS) Methodology", that we will discuss here in this work.

This methodology has a pedagogical tool that is made of participant construction of the feasibility projects of the settlings, which is here analysed. It also brings a politic-economic conception that guides its use, consubstantiating this thesis core. This conception follows the "developmental" tradition which prevails in the agrarian debate, in which it is usually called "The Brazilian Agrarian Issue".

Understanding the small production as an economic unit tied to the capitalist system, where its produced surplus is drawn out, this methodology proposes, as an alternative, the associative undertaking. At the settling level this process would raise them from the "juridical units" category to the "economical units" one.

This understanding, in our central hypothesis, of the capitalism, does not analyze it in its nature, and do not bring to analysis the existence limitation basis as well as the enlargement of the work conditions - the private property and

consequently the historical need of surpassing it in the socialization - where we found its limits. However, in emphasizing the category "work" as a basis of the appropriation of the wealth produced in the associative ways, that is the basis of the proposition of social transformations through the surpassing of the private nature of the property, we point out to its possibilities.

SIGLAS

- APACO** - Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense;
- CAI** -Complexo Agro-Industrial;
- CEBS** -Comunidades Eclesiais de Base;
- CEPAL** -Comissão Econômica Para a América Latina;
- CONTAG** -Conferência Nacional dos Trabalhadores da Agricultura;
- COPRANOVA** -Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Sociedade;
- CPT** -Comissão Pastoral da Terra;
- CUT** -Central Única dos Trabalhadores;
- EMATER** -Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- FUNAI** - Fundação Nacional do Índio;
- INCRA** -Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- IPARDES** -Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social;
- MASTRO** - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Oeste do Paraná;
- ONU** -Organização das Nações Unidas;
- PEA** - População Economicamente Ativa;
- PNRA** - Plano Nacional de Reforma Agrária;
- PNUD** -Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento;
- SIAPRO** -Sistema Informatizado Para Análises e Avaliação de Projetos;
- SUDENE** -Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste;
- UNICAMP** -Universidade de Campinas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 12

1. PROJETOS DE VIABILIDADE EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO - A "METODOLOGIA PNUD", 20

1.1. Histórico, 20

1.2. A Metodologia, 21

1.2.1. O Curso e sua Organização, 22

1.2.1.1. A Seleção dos Assentamentos, dos Agricultores, Técnicos e Instrutores, 23

1.3. O Curso em Si, 26

1.4. As Etapas do Curso, 27

1.4.1. O Seminário Inicial, 28

1.4.1.1. A Capacitação, 28

1.4.1.2. A Participação, 31

1.4.1.3. O Papel do Técnico, 32

1.4.1.4. A Gestão, 32

1.4.1.4.1. O Planejamento, 35

1.4.2. O Projeto Conceitual, 36

1.4.3. Os Estudos Básicos, 38

1.4.4. A Proposta Técnica, 40

1.4.5. Avaliação do Empreendimento, 41

2. CONCEPÇÃO POLÍTICO ECONÔMICA DA "METODOLOGIA PNUD", 44

2.1. As Formas de Unidade Econômica, 48

2.1.1. Unidade Econômica de Prestação de Serviços, 48

2.1.2. Unidade Econômica Coletiva, 48

2.1.3. Unidade Econômica Mista, 49

3. POVOAMENTO E COLONIZAÇÃO: A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA EM SANTA CATARINA, 50

4. "MODERNIZAÇÃO" E A NOVA CONFIGURAÇÃO DAS CLASSES NO CAMPO, 60

4.1. O Processo a Nível Geral, 60

4.2. O Processo de Modernização em Santa Catarina, 64

5. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: ORIGEM E TRAJETÓRIA, 68

5.1. O Processo em Santa Catarina, 71

5.1.1. As Ocupações, 72

5.1.2. Acampamento: O Locus da Organização, 74

5.1.3. Os Assentamentos, 75

5.1.3.1. A Desapropriação das Áreas, 76

5.1.3.2. A Seleção das Famílias, 76

5.1.3.3. A Transferência das Famílias, 78

5.1.3.4. A Definição da Capacidade da Área, 78

6. O CONTEÚDO POLÍTICO-ECONÔMICO DAS VERSÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A "METODOLOGIA PNUD", 79

6.1. A Trajetória do Debate Agrário, 79

6.1.1. Concepção Político-Econômica da CEPAL - a Matriz do Debate Agrário, 80

6.1.2. A Escola Campineira e o Debate Agrário, 87

7. PROPRIEDADE VERSUS CONDIÇÕES DE TRABALHO: REGRESSÃO E SUPERAÇÃO, 96

7.1. Movimentos de Superação e Regressão, 102

CONCLUINDO, 106

BIBLIOGRAFIA, 108

APRESENTAÇÃO

Minha trajetória de vida se dá numa complexa trama de relações humanas e sociais, que aos poucos vai conformando uma consciência que tem, por um lado, o entendimento de vivermos num país onde a riqueza produzida socialmente é apropriada privadamente, através de métodos que levam cada nova geração de trabalhadores urbanos e rurais a um grau superior de exploração e extermínio social. Os números alarmantes deste processo já não chocam, que dizer mobilizar para a transformação, o que é retratado de forma expressiva por Xavier no texto que abre este trabalho (Dedicatória). Por outro lado, está a determinação em construir uma crítica implacável da realidade, objetivando sua superação.

Para isto busco construir uma interpretação, que além de nortear minha "praxis social", sirva também a tantas outras, em especial aquelas ligada às análises aqui empreendidas. Buscando deixar melhor demarcado o objeto, bem como o espaço e o tempo em que se move, faço inicialmente a trajetória de sua construção que remonta a década de setenta.

A esta época, dá-se o envolvimento inicial com a problemática agrária ao nível de convivência com uma relação proprietário, assalariados, arrendatários, porém, uma relação familiar na infância e adolescência, onde a figura do proprietário, era também a de pai.

Esta relação ganha um campo para sua compreensão "além aparência", além "senso comum" com a Universidade onde uma relação teoria, espaço social e momento histórico propicia uma modificação do nível de compreensão, portanto de "praxis social". É o espaço da Escola de Agronomia, com uma

característica especial, uma atuação destacada desta, no movimento estudantil.

"Ei ... anos 80", cada vez mais os movimentos sociais urbanos e rurais ressurgem no país; a relação Universidade-meio social estreita-se, e o "campo" é cada vez mais objeto de encontros, manifestações, estudos, preparando uma geração de estudantes para o desenvolvimento de suas atividades profissionais engajadas aos movimentos que afloram.

A praxis é premiada com uma relação mais profunda com o movimento social, através de uma ligação maior e próxima com o movimento de luta pela terra: um estágio no processo inicial de deflagração da reforma agrária - é o espaço dos assentamentos e acampamentos; estamos em Santa Catarina, mais especificamente em Abelardo Luz, região Oeste do Estado.

Abre-se um campo profissional rico, o que nos leva ao vizinho Estado do Paraná onde, durante dezoito meses nos envolvemos com o processo de Reforma Agrária em diversas de suas esferas: a governamental, a do movimento dos sem terra, a dos latifundiários, a dos técnicos e a dos agricultores assentamentos e acampados - principalmente esta, no cotidiano de suas vidas.

Quase nada de "Tupiniquim" existia de experiências em relação ao processo de Reforma Agrária e em especial, dos assentamentos e sua viabilização.

Além disto, o processo era desenvolvido sobre bases muito frágeis: as áreas desapropriadas eram limitantes ao desenvolvimento da agricultura (elevada acidez; baixa fertilidade; topografia acentuada; acessos distantes e difíceis aos centros urbanos); os processos de seleção e o arranjo espacial destas populações eram quase sempre equivocados; a

infra-estrutura física, produtiva e social era inexistente; os recursos financeiros eram poucos e faltava capacidade administrativa, quando existiam; a assistência técnica era deficiente; haviam sérias dificuldades na organização social; inexistiam metodologias específicas para o trabalho com assentamento e nossa formação era precária. Apesar de tudo isto, os esforços (destaca-se aí a força de vontade e resistência das famílias assentadas), mesmo desarticulados e sem rumo, buscavam o caminho da viabilização sócio-econômica dos assentamentos.

Uma nova experiência profissional nos leva de volta a Santa Catarina, onde uma relação direta com a política governamental, em suas esferas de decisão, nos propicia também uma relação com o processo mais geral de reforma agrária. O trabalho tem uma característica especial e rica - uma equipe específica de trinta extencionistas rurais atuando em assentamentos e com uma relação política com os assentados e suas lideranças que facilitava o trabalho.

Porém as questões centrais permanecem as mesmas, norteadas também pela desafiante busca de viabilização das áreas reformadas.

Surge a oportunidade do mestrado onde a "fome" de conhecimento que era tanta, deparou-se com um "banquete de pratos variados e deliciosos" o que possibilitou desvendar de forma mais científica os caminhos de compreensão do processo em questão e solidificar uma "praxis social" que se conforma a cada novo dia.

Porém, foi apenas o retorno à atividade profissional e as novas experiências advindas do trabalho junto aos assentamentos, novamente em Abelardo Luz - Santa Catarina, que oportunizaram o acesso a instrumentos que de uma forma mais sistemática,

permitiram, ao somarem-se com a bagagem prática e teórica acumuladas, trabalhar a viabilidade das áreas reformadas, ao mesmo tempo que propiciou-se o encontro do elo que faltava para o trabalho que hora se apresenta, enquanto tese de mestrado.

Desta vez foram dezesseis meses de trabalho junto a três assentamentos, de um total de sete existentes no município de Abelardo Luz - SC; uma experiência rica com técnicos, agricultores, assentados e suas lideranças e a sociedade local.

Tem-se um primeiro contato com metodologias de se trabalhar os assentamentos; e, com o avançar do trabalho é realizado um curso de "Elaboração de Projetos Para Áreas de Assentamento" nos meses de junho e julho de 1992 no município de Abelardo Luz quando, através da Metodologia de Elaboração de Projetos de Viabilidade em Áreas de Assentamento desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a qual passamos a chamar a partir de agora de "Metodologia PNUD", elaboram-se cinco projetos de viabilidade, relativos a cinco assentamentos do município; este curso foi promovido pelo PNUD e Secretaria Estadual de Agricultura.

Deste curso surge a oportunidade de um aprofundamento na metodologia com a participação no "III Curso de Formação de Instrutores em Elaboração de Projetos Para Áreas de Assentamentos", realizado em Recife-PE, nos meses de agosto e setembro de 1992 (10/08 a 04/09) e promovido pelo convênio PNUD-INCRA; a este segue-se a participação como instrutor no "II curso de Elaboração de Projetos para Áreas de Assentamento" no Estado do Paraná, realizado nos meses de março, abril e maio de 1993 (22/03 a 21/04) no município de Candió - PR, onde também foram elaborados cinco projetos de viabilidade, de cinco

assentamentos da região de Guarapuava - PR; este curso foi promovido pelo IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

Este curso fora antecedido de um treinamento sobre o SIAPRO - Sistema Informatizado para Análises e Avaliação de Projetos, realizado em Curitiba (PR) no período de 12 a 15 de março de 1993; sistema este elaborado para instrumentalizar a metodologia em questão; este curso foi promovido pelo IPARDES e PNUD.

É neste momento que o trabalho da tese é retomado, e agora com um campo especial para o seu desenvolvimento, a própria "Metodologia PNUD". Ocorre então mais um fato, que a nível deste trabalho, soma-se de forma especial, uma vez que permite a solidificação e arrumação de todo o conteúdo; é a participação como instrutor no curso de Gestão Agrícola promovido pela APACO - Associação do Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense¹, realizado nos meses de outubro e novembro de 1993 em sua primeira etapa, onde tem-se a participação de treze grupos de cooperação agrícola, sendo que destes, quatro tem, neste curso, a elaboração de seus "Projetos de Viabilidade", através da metodologia em questão.

Assim, o objeto de investigação ganha sua conformação final: A "Metodologia PNUD" enquanto instrumental pedagógico de construção de projetos de viabilidade e a concepção político-econômica que ela traz, como pressuposto desta construção.

A investigação dá-se através da análise interior da "Metodologia", no processo de sua utilização enquanto

(1)A APACO foi constituída em novembro de 1989, enquanto uma entidade civil, sem fins lucrativos, que representa os grupos de Cooperação Agrícola de Pequenos Produtores Rurais a ela filiados; dentre seus principais programas esta o de gestão de grupos de cooperação, sendo o curso de gestão, uma primeira iniciativa mais estruturada neste sentido.

instrumento de trabalho, à luz de toda a formação teórica adquirida, principalmente a ocorrida a nível de mestrado e no convívio concreto com as experiências dos assentamentos e grupos de cooperação; e de forma especial, no âmbito dos cursos do PNUD e no "beber" do que chamo a teoria da superação, desenvolvida por Jurandir Antonio Xavier, nosso orientador, em seus inúmeros trabalhos².

E assim, conforma-se uma crítica aos limites desta concepção em se tornar um instrumento de superação, ao mesmo tempo que busca-se apreender, neste processo, possibilidades de avanço. É assim que apresento este rico e belo processo de gestação e parição, com certeza de uma contribuição à compreensão do processo de reforma agrária em nosso país, e de forma específica do trabalho concreto com assentamentos e as experiências de cooperação agrícola, instrumentalizando assim a prática social neste campo; e desta forma, uma crítica a esta realidade antagônica ao desenvolvimento do ser humano, uma crítica ao capitalismo.

Para tanto buscamos inicialmente descrever a "Proposta Metodológica PNUD", enquanto instrumental pedagógico e conceitual (capítulos 1º e 2º) para, num segundo momento, contrapor a realidade, em sua história - passada e presente - (capítulos 3º, 4º e 5º) e por fim as interpretações que dela foram feitas

(2) Jurandir Antonio Xavier tem uma significativa produção teórica, sendo que por nós foram utilizados principalmente seu trabalho de Tese de Mestrado "O Capitalismo Financeiro no Brasil"; bem como diversos de seus textos: "A Questão Agrária"; "A Função Ausente da Agricultura no Desenvolvimento Econômico"; "Novo Padrão e Diferenciação de Classes Sociais na Produção Agrícola Brasileira", este produzido em conjunto com Helena N. Campanário; "O Assalariamento "Temporário" dos Não Temporários"; e dois livros de publicação mais recente: "Desenvolvimento Versus Regressão" e "A Contemporaneidade da Questão Regional"; e o texto "Marx: Da História à Estante?", onde de forma sintética estão, na defesa de MARX, enquanto crítico implacável do capitalismo e não de ideólogo do socialismo, os fundamentos teóricos do que chamo a teoria da superação (ver Bibliografia).

(capítulo 6º), quando então realizamos nossa particular interpretação-integração, através de uma avaliação da realidade e das interpretações (capítulo 7º) consubstanciando-se assim uma crítica à idealização da "Metodologia PNUD".

Assim trabalha-se:

- No capítulo 1º, a descrição e análise da "Metodologia PNUD", enquanto instrumental pedagógico de construção dos projetos de viabilidade; aqui é descrito todo o processo que se organiza em torno dos cursos de elaboração de projetos de viabilidade;
- No capítulo 2º, temos o tratamento da concepção político-econômica da "Metodologia PNUD", descrita com base no texto "A Pequena Produção Camponesa e os Programas de Desenvolvimento" (Gomes, 1992); e o "Guia para Gestão em Áreas Reformadas" (Mendes e Gomes, 1990);
- No capítulo 3º, o processo histórico de formação da estrutura agrária e da produção familiar em Santa Catarina, construída a partir do processo de colonização de Santa Catarina até chegarmos a década de sessenta, quando se dá o processo de modernização da agricultura.
- No capítulo 4º analisamos este processo, bem como a diferenciação de classes dele advinda, até chegarmos aos anos oitenta quando iniciam-se as primeiras movimentações em torno da luta mais recente pela terra.
- No capítulo 5º traçamos a conformação em movimento social, da categoria dos trabalhadores rurais sem terra e a deflagração do processo concreto de luta pela terra, que passa a constituir os assentamentos;
- No capítulo 6º, temos a crítica da concepção político-econômica da Metodologia realizada através do resgate do debate ocorrido em torno das versões sobre a questão agrária

brasileira, à luz da teoria da superação, num diálogo com estas versões e com a versão PNUD;

- No 7º e último capítulo tecemos as considerações integrativas e finais a respeito dos limites e possibilidades (superação), que a "Metodologia PNUD" possui enquanto instrumento de se trabalhar a viabilidade dos assentamentos e a transformação social.

1. PROJETOS DE VIABILIDADE EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO - A "METODOLOGIA PNUD"

1.1. Histórico

A "Proposta Metodológica PNUD" para elaboração de projetos em áreas de assentamento, vem sendo construída há cerca de cinco anos. Sua origem é o acordo de cooperação entre o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e o PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento, com a interveniência da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Deste acordo surge o Programa Nacional de Capacitação Técnica com o objetivo de

"...promover o apoio ao desenvolvimento institucional e a implementação dos assentamentos de trabalhadores rurais, através da promoção de atividades de capacitação de recursos humanos vinculados às diversas instituições públicas, organizações não governamentais e representações de agricultores, responsáveis pelo desenvolvimento dessas áreas" (Goni e Castro: 107).

O Programa é pautado pelas diretrizes do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA que tem

"...a participação dos agricultores no processo de desenvolvimento das áreas reformadas - como - condição fundamental para o seu sucesso"(Idem :08).

Esta orientação exigiu que se trabalhasse

"...novos instrumentos, capazes de garantir um desenvolvimento auto-sustentado aos inúmeros assentamentos existentes no país (Idem).

A metodologia se consubstancia em documento com a elaboração do Guia Metodológico para Elaboração de Projetos em Áreas de Assentamento,

" ... tendo como referência básica a experiência na Oficina de Projetos durante o Curso de Formação de Instrutores em Elaboração de Projeto para Áreas de Assentamento (julho de 1989) e na Elaboração de Projetos em assentamentos no Nordeste promovida pelo programa"(Idem).

1.2. A Metodologia

O fundamento da proposta metodológica é a construção conjunta de técnicos e agricultores de projetos de viabilidade de assentamentos e a capacitação técnico-agricultores que possibilite, além da construção do projeto, a sua implementação.

Isto se dá inicialmente através da capacitação de técnicos na metodologia donde surgem os "instrutores" que passarão a realizar este papel nos cursos de elaboração de projetos. A proposta metodológica se consubstancia então nesse curso com duração média de oito semanas (consecutivas), que tem como público direto, técnicos de instituições governamentais e não governamentais ligadas aos trabalhos com assentamentos rurais e

agricultores representantes dos assentamentos que foram escolhidos para a elaboração de seus projetos³; como público indireto tem-se as demais pessoas e famílias que compõem os assentamentos.

1.2.1. O Curso e sua Organização

A organização do curso dá-se da seguinte maneira.

a - São selecionados assentamentos de uma determinada região; (o número máximo de assentamentos recomendados ou de projetos a serem elaborados é de 5); destes assentamentos participam agricultores em número variável de acordo com as características dos mesmos (principalmente nº de famílias), em geral são de 3 a 4; são também selecionados técnicos que tenham envolvimento com os assentamentos e/ou com a reforma agrária; o número é relativo à quantidade de assentamentos, em geral 2 por assentamento;

b - Define-se local, data, infra-estrutura e escolhem-se instrutores;

c - O curso é organizado em etapas de sala de aula e/ou oficinas e etapas de campo;

d - A evolução do curso e por conseguinte dos projetos segue os seguintes passos: Seminário Inicial, Projeto Conceitual; Estudos Básicos e Proposta Técnica.

(3) A nível de Santa Catarina, esta metodologia foi também utilizada com grupos de cooperação agrícola, sem vínculo com assentamentos. Isto ocorreu no curso de gestão para grupos de cooperação agrícola, realizado em Chapecó - SC, no mês de outubro de 1993 promovido pela APACO.

Todo este processo passaremos a descrever e a analisar em seguida.

1.2.1.1. A Seleção dos Assentamentos, dos Agricultores, Técnicos e Instrutores.

Não temos conhecimentos da existência de critérios formalizados para esta importante fase do processo. Aqui relatamos e discutimos, segundo nossa experiência com a metodologia.

Os assentamentos são escolhidos em negociações com as entidades governamentais ligadas à Reforma Agrária e com a organização dos trabalhadores - M.S.T. (Movimentos dos trabalhadores Rurais Sem Terra). Em Santa Catarina, o 1º Curso de Elaboração de Projeto teve uma definição inicial através de negociações entre a Secretaria de Estado de Agricultura, o PNUD, e o Movimento dos Sem Terras. Nesta negociação definiu-se a Região - Município de Abelardo Luz; posteriormente em discussão com as equipes técnicas de assistência aos assentamentos definiram-se os cinco assentamentos ⁴.

Cabe destacar inicialmente que o processo foi atropelado pelo pouco tempo que havia para estas definições, a organização do evento e seu início. Porém, para a escolha dos assentamentos o PNUD tinha alguns critérios que deveriam ser considerados: não existência de conflito na área (área regularizada com projeto de assentamento; etc); existência de um certo grau de organização; condições favoráveis de acesso à área. Estes critérios foram

(4) No Município de Abelardo Luz à época, existiam 07 (sete) assentamentos, dos quais foram escolhidos cinco: Papuã II; 25 de maio; Volta Grande; Santa Rosa I e Santa Rosa II.

analisados e daí indicaram-se os cinco assentamentos, os quais foram contactados para que decidissem pela participação e escolhessem seus representantes. Aqui uma ressalva; este momento é muito importante; é quando o assentamento deve ou deveria ter conhecimento do que será realizado e poder decidir de forma consciente a sua participação, bem como, quais seus representantes. Processo este prejudicado pelo pouco tempo a ele dedicado e por não se dar a devida importância ao mesmo.

A participação dos agricultores deve também, segundo o PNUD seguir alguns critérios como: nível de alfabetização suficiente para que possam acompanhar ativamente o curso; terem conhecimento do assentamento em aspectos diversos (produção, história, organização, etc); representatividade de grupos sociais e formas de organização. Aqui também é de fundamental importância uma aprofundada discussão sobre estes critérios, dando-se atenção ao papel a ser desempenhado pelos agricultores e à relação com agricultores que não têm a participação direta no curso. Sendo os agricultores o fim maior do processo aqui analisado e também, os agentes principais de sua elaboração e futura implementação, este aspecto é decisivo para o bom andamento do processo como um todo.

No que se refere à escolha dos técnicos seguem-se critérios relativos a interdisciplinariedade (agronomia, economia, antropologia, sociologia, administração, serviço social, etc,); interinstitucionalidade (órgãos federais, estaduais, entidades não-governamentais), e o envolvimento no trabalho com assentamentos. Neste processo é comum as instituições encaminharem técnicos sem o devido conhecimento de seu papel e o mais grave, sem o devido comprometimento com a problemática agrária.

Apesar de o curso permitir avanços significativos na compreensão dos técnicos, é necessário que haja uma seleção mais séria, que leve em conta uma disposição e comprometimento destes técnicos, o que poderia ser conseguido com um seminário onde a metodologia fosse exposta, semelhante aos seminários que ocorrem nos cursos de Formação de Instrutores ⁵; é fundamental também que exista uma relação de trabalho destes técnicos com os assentamentos, o que facilita sua participação e viabiliza a continuação do processo na fase de implementação.

Quanto aos instrutores, os critérios parecem ser uma relação entre experiência, especialidade temática e adaptação ao trabalho com técnicos e/ou com agricultores. Estas características são mapeadas durante o curso de formação de instrutores e nos cursos de elaboração de projetos, buscando serem conciliadas quando da realização dos cursos de elaboração de projetos. Uma das características básicas do trabalho de instrutoria é a alternância de instrutores, o que complexibiliza uma necessária linha de continuidade do curso. No II Curso de Elaboração de Projetos, realizado no Paraná, houve a participação de sete instrutores que se intercalaram no tempo, espaço e temáticas; se por um lado isto enriquece o curso, pela diversidade e soma de conhecimentos, cria-se, como já citamos, um problema de continuidade e organicidade, que a metodologia deve levar mais em conta neste processo.

(5) Nos cursos de formação de instrutores, a parte prática se dá na preparação e realização de um seminário sobre a metodologia. Este seminário tem a duração de três dias, e tem como público técnicos e agricultores potenciais na utilização da metodologia, sendo o seu objetivo a nível de conteúdo discutir e sensibilizar os participantes para uma alternativa metodológica.

1.3.0 Curso em Si

Como citamos anteriormente, o curso é realizado num período médio de oito semanas, com etapas intercaladas de sala de aula, oficinas e campo.

Nas etapas de sala de aula trabalham-se as mesmas temáticas entre agricultores e técnicos, porém de forma diferenciada e separada, cada grupo com uma equipe de instrutores; há porém momentos de uniformização de conteúdo com todo o grupo reunido.

Normalmente entre uma etapa de sala de aula e de campo há um espaço onde permanecem apenas os técnicos no curso; sendo que os agricultores retornam aos assentamentos onde, além de desenvolverem suas atividades normais, realizam tarefas de mobilização para as reuniões. As oficinas são momentos de trabalho coletivo dos técnicos (e em alguns momentos também com agricultores), onde são trabalhadas as diversas etapas do projeto.

A nível de campo o destaque se dá na participação dos demais agricultores de cada assentamento que são assessorados pela equipe de planejamento (técnicos e agricultores que participam do curso), em cada uma das etapas.

Antes de analisarmos cada etapa do curso faremos uma breve consideração sobre outro aspecto fundamental, a infra-estrutura do evento. A realização do curso depende de uma complexa infra-estrutura física e material, uma vez que serão dois meses de trabalho intensivo, envolvendo um número de pessoas que pode ultrapassar a 40 (quarenta) quando técnicos, agricultores e instrutores estão juntos. Apesar de o curso ter por princípio a busca da reprodução das condições reais que técnicos e agricultores encontram em seu trabalho no dia-a-dia, certas

exigências são específicas e indispensáveis, outras devem no mínimo serem repensadas quando da organização de um curso desta natureza.

O local do curso foi um complicador em Santa Catarina e no 2º curso do Paraná. O ideal de um local agradável tanto para hospedagem, como para o trabalho; boa alimentação; proximidade dos assentamentos a serem trabalhados; com infra-estrutura de material e equipamentos (xerox, telefone, fax, computador, mimeógrafo, etc); existência de diversas salas para as "oficinas"; opção de lazer e descontração, etc; é na maioria das vezes impossíveis de conciliar porém, a otimização de tais fatores, só faz com que o curso realize-se da melhor maneira possível. Portanto, um local agradável para o alojamento, de preferência conjunto (técnicos, agricultores, instrutores), com uma alimentação e um espaço agradável é muito importante para a "saúde" do curso. A base física, além da infra-estrutura espacial (boas salas de aula e auditório), deve propiciar a infra-estrutura material e de equipamentos necessários. As condições para recreação e descontração também são fundamentais; o que se faz mais sentir com o avançar do curso. E por fim, uma relativa proximidade dos assentamentos, somada a meios de deslocamentos ágeis, que permitam um tempo adequado de deslocamento nas diversas "idas e vindas" aos assentamentos.

1.4. As Etapas do Curso

As etapas básicas do curso são: Seminário Inicial; Projeto Conceitual; Estudos Básicos e Proposta Técnica.

Após a tradicional solenidade de abertura, realiza-se uma sessão onde são apresentados dados da região e uma descrição geral dos assentamentos participantes; inicia-se então a 1ª etapa propriamente dita do curso - o Seminário Inicial - onde são discutidos assuntos básicos para o processo de "elaboração capacitadora dos projetos".

1.4.1. O Seminário Inicial

Esta etapa é chamada de Seminário Inicial, uma vez que trata de diversas questões que introduzem e dão as bases aos participantes para as etapas de elaboração capacitadora do projeto de viabilidade.

Destacam-se algumas temáticas: a pequena propriedade; forma de organização para a produção; gestão; participação; papel do técnico; etc.

Este momento inicial do curso e do processo de planejamento traz os fundamentos metodológicos e teóricos do curso; como teremos um capítulo especial para tratar dos aspectos teóricos, nos deteremos aqui às temáticas mais diretamente relacionadas à metodologia como: capacitação, participação, gestão, papel do técnico, planejamento e projetos.

1.4.1.1. A Capacitação

O curso é de elaboração de projetos, porém, tem como fundamento a capacitação de técnicos e agricultores na elaboração de projetos - aprender a fazer fazendo - uma vez que desta forma, os agricultores têm uma participação ativa no construir de uma proposta para suas vidas; os técnicos

aprenderão uma forma nova de elaborar projetos e ambos, estarão adquirindo os fundamentos para uma etapa posterior - a implementação do mesmo.

Assim, através da capacitação busca-se criar condições para se ter quadros técnicos e dirigentes capazes de instrumentalizar o desenvolvimento social e econômico dos assentamentos, contribuindo assim, para sua viabilidade (Cf: Castro, 1992:22).

A capacitação é entendida como um processo formal de aprendizagem, o que a diferencia de "ser capaz", que diz respeito a habilidades inatas ou adquiridas através do treino e/ou da experiência. Capacitação pressupõe:

- Um objetivo, uma intencionalidade: objetivos de mudança;
- Um planejamento, uma sistemática para se atingir os objetivos;
- Uma interação social, educador-educando: uma relação social entre saberes diversos que se trocam e produzem novos saberes.

E desta maneira, é um processo educativo voltado para o mundo do trabalho, e, na forma como é tratada tem como princípios metodológicos:

- Um compromisso - com o desempenho profissional e com a luta dos trabalhadores;
- Fazer + Reflexão = Conhecimento - o conhecimento é construído numa relação entre Prática e Reflexão;
- Participação - todos participam ativamente de todo o processo;
- Cooperação - técnicos e agricultores se ajudam e se completam em razão de interesses e necessidades comuns;
- Instrumentalidade - A capacitação não tem um fim em si mesma - apreender mais - mas sim o de ser um instrumento para se

atingir os objetivos da organização;

- Processualidade - "...o conhecimento se constrói socialmente, sobre a experiência acumulada social e individualmente, e vai progressivamente aproximando-se ou distanciando-se da verdade numa dinâmica de contradições sem fim" (Idem: 25).

- Criatividade - a capacitação com estas características e intencionalidade, deve romper velhos esquemas, construir o novo;

- "...um pensamento investigativo exploratório, analítico, desconfiado tanto da objetividade, quanto da subjetividade, pois procura o pensar autônomo, livre e criador" (Idem).

- Totalidade - "...embora tratando de questões específicas, não perder a visão de totalidade, das relações econômicas, do conjunto do Assentamento, ou organização do contexto político, econômico, cultural e familiar. A ênfase será no específico, não no isolado" (Idem:36).

- Flexibilidade - apesar do planejamento e sistematização prévia há "a possibilidade de mudar rumos, desfazer caminhos, completar, adequar, reorganizar, o planejamento segundo as exigências dos grupos, a partir da prática educacional e organizacional" (Idem).

A Capacitação busca ser alcançada, através destes princípios, numa relação instrutores, agricultores e técnicos que permita uma troca de conhecimentos e uma construção de novos conhecimentos utilizando-se técnicas e instrumentos facilitadores da participação e aprendizagem, tais como: trabalhos de grupo, trabalhos de oficina, cartazes, tarjetas, dinâmicas, jogos, brincadeiras, teatralização, pintura,

modelagem, estudo de casos, meios diversos de comunicação (rádio, televisão, vídeo, etc.).

1.4.1.2. A Participação

A participação é também entendida como um processo; um processo contínuo de tomar parte das decisões, assumindo-se os resultados positivos ou negativos, o que implica em se ter responsabilidade e desta forma caracterizando uma forma ativa de se participar, diferente da forma passiva, de se fazer parte ou ter parte onde não se tem a responsabilidade no processo como um todo.

A participação tem como espaço de realização o processo de Gestão (ver item 1.4.1.4), e como atores, todas as pessoas envolvidas ou ligadas a determinada organização, que em nosso caso refere-se ao empreendimento do agricultor denominado de Unidade Econômica. Destaca-se aí a existência de um sistema de decisões com momentos onde as decisões dizem respeito ao grupo como um todo, estando estas ligados a questões fundamentais, tais como: tipo de Unidade Econômica; forma de comercialização; linhas de produção; estatuto; diretoria; tais decisões são denominadas de estratégicas; por outro lado existe uma outra série de decisões

"de nível operativo, que estão referidas às ações próprias dos processos técnicos: produtivo, de comercialização, administrativo em geral" (Tinoco, 1993: 41).

São decisões que necessitam de agilidades e são chamadas de operativas.

1.4.1.3. O Papel do Técnico

A discussão sobre o papel do técnico ocupa um espaço fundamental no curso, uma vez que permite uma profunda reflexão do trabalho profissional dos mesmos, e ao mesmo tempo abre aos agricultores a possibilidade de uma visão mais clara e ampla deste papel numa perspectiva de uma relação capacitadora, bem como de seus próprios papéis.

O técnico tem seu papel definido como de facilitador, de assessor; e assessorar é entendido como sendo o papel de: orientar, aconselhar, assistir, acompanhar, instigar, opinar, conscientizar, esclarecer, ajudar, promover, informar, motivar, capacitar, recomendar.

1.4.1.4. A Gestão

O termo Gestão é utilizado enquanto opção ao termo Administração por estar vinculado as organizações econômicas de pequenos produtores enquanto administração tem um

"...conteúdo acadêmico histórico, no Brasil de hoje(...) claramente estruturado e direcionado à grande empresa privada, pois muitos de seus elementos não são aplicáveis às organizações de pequenos produtores devido a, estas e aquelas, terem características intrínsecas diferentes" (Idem : 12).

A Gestão é entendida como

"...O Processo de por em prática um conjunto de

elementos para obtenção de determinados resultados que por sua vez são esperados em função dos objetivos mais gerais do empreendimento" (Tinoco, 1992 : 12).

Também é necessário compreender dois outros termos relativos à temática: o primeiro é Co-Gestão, que pressupõe o Estado, através de suas instituições específicas (INCRA, EMATER, ETC,); ou outras instituições privadas exercendo as atividades próprias da Gestão em comum com os produtores. Este termo trás em si uma impossibilidade, uma vez que apenas os produtores podem responsabilizarem-se economicamente pelo empreendimento, pois, é deles o capital e o trabalho e por conseguinte os resultados econômicos advindos.

"Para haver Co-Gestão, o Co-participante deveria, partilhar todos ou a maioria dos riscos assinalados - perda dos meios de produção, do capital, emprego - (...) o que não acontece na prática deste tipo de empreendimento, como já se assinalou acima" (Idem: 14).

O 2º termo é a Auto-Gestão, que pressupõe os agricultores gerindo autonomamente seus empreendimentos; objetivo a que se busca com o processo de capacitação, e portanto a ser alcançado, construído.

É assim que gestão é o termo escolhido para definir a temática em questão.

A gestão tem por elementos ou funções básicas o planejamento, a organização, a direção e o controle. Ela, se coloca como um instrumento a ser utilizado pelas formas de

organização econômica dos pequenos produtores, para gerir seus empreendimentos, de maneira eficiente, e desta maneira possibilitando a sustentação e desenvolvimento dentro do sistema; além da eficiência econômica deve também, devido as características próprias dos empreendimentos de pequenos produtores, ser complementada

"...com elementos referidos ao resguardo da democracia interna e participação de todos os integrantes no processo administrativo" (Idem : 15).

Uma das grandes limitações do curso de "Elaboração de Projetos" refere-se à impossibilidade de se dar conta de uma inter-relação entre os elementos da gestão; planejamento, organização, direção e controle,

" ...ocorrem de maneira simultânea e permanente, não será, pois, factível achar algum empreendimento que só planeje, durante um período dado para logo gerenciar o planejado, ou que se organize com independência do planejamento e do controle e assim por diante" (Idem : 16).

Mesmo com este reconhecimento descrito por Gomes, como o curso é de Elaboração de Projeto, as outras etapas da gestão não são trabalhadas; e em muitos casos - exemplo de Abelardo Luz - após o curso, não havendo continuidade, fica-se no vazio e todo um trabalho de dois meses perde-se no tempo.⁶

(6) No Curso de Gestão para Grupos de Cooperação (APACO - 93) estruturado de maneira a dar conta de todas estas etapas e inter-relações a possibilidade de sucesso da metodologia, dentro de seus limites teóricos, é bastante favorável.

1.4.1.5. O Planejamento

O Planejamento é discutido enquanto um processo de "pensar o futuro", devido à necessidade de se modificar os fatos, a realidade, que não nos satisfaz suficientemente ou nos prejudica. A necessidade de planejar busca modificar a realidade para satisfazer as necessidades e desejos humanos. O que implica num custo.

Esta compreensão é referenciada numa visão de mundo onde o ser humano tem necessidade e desejos ilimitados, que busca satisfazer, e o mundo como tendo "recursos escassos", implicando num custo para sua obtenção. Esta visão é presença constante nas políticas de desenvolvimento para o terceiro mundo propostas pela ONU - Organização das Nações Unidas - representada aqui pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - (da qual tem origem a metodologia em questão), estando na base da compreensão dos rumos das organizações econômicas "de pequenos proprietários"

Assim, se por um lado está presente uma visão de um ser humano ativo, transformador da realidade social, esta se resume à realidade econômica e não à realidade estrutural; por outro, a resposta a esta restrição pode estar na compreensão de um mundo limitado para as pretensões ilimitadas dos homens, quando sabemos que, o que limita os recursos não é seu volume de existência mas sua forma de apropriação, fundamentada no capitalismo, na propriedade privada.

Voltando ao planejamento, pois esta temática apontada acima terá um tratamento especial nos capítulos finais, faz-se necessário trabalhar sua conceituação. O Planejamento é entendido como

"...uma função administrativa (...), um processo contínuo e permanente através do qual o empreendimento identifica e define ou redefine seus fins e objetivos, e escolhe as vias mais adequadas para alcançá-los" (Tinoco, 1993:s/p).

Por exigir esforço, definições, decisões dentro do processo de modificação dos fatos, é que se planeja, permitindo-se assim

"... definir (ou redefinir) o que se quer satisfazer e até onde se que chegar neste empenho: planeja-se fins; e, permite fazer a escolha mais satisfatória para atingir esses fins com os recursos disponíveis: planeja-se meios" (Idem).

O processo de Planejamento segue os seguintes passos: elaboração do projeto conceitual; estudos básicos; proposta técnica e avaliação do empreendimento; os quais formalizam o projeto de viabilidade.

1.4.2. O Projeto Conceitual

É a etapa das idéias, onde os agricultores buscam definir o que esperam do futuro, porém relacionado, dirigido à formação, geração de uma "imagem do tipo de empresa desejada".

"A tarefa pedagógica nesta etapa consiste, precisamente, em ajudar a que os próprios assentados tomem consciência desta idéia inicial. É ajudar a que os assentados expressem os seus interesses, as suas

necessidades, as suas intenções, os seus sonhos e ajudar a sistematizar num primeiro momento este conjunto de aspirações" (Goni e Castro :54).

Desta forma constrói-se uma primeira idéia do projeto e do futuro empreendimento, e desta maneira tem-se o ponto de partida e de referência constante a todo o processo de planejamento.

"...Na verdade todo o projeto não é mais que uma sucessiva atividade de aprofundamento de informações organizadas do Projeto Conceitual" (Idem: 55).

Sua realização inicia-se por uma reunião no campo onde todos os agricultores buscam dar suas idéias, para, num segundo momento, após sistematização em torno de respostas às questões: o que, para que, por que, quem, onde, quando, quanto, com que meios e com que resultados; consolidar esta primeira idéia inicial. Nesta fase discute-se também prioridades e se definem posições quando opiniões contraditórias estão presentes.

Esta etapa, pela importância que tem no planejamento possui em nossa compreensão, toda uma carga de limitação à eficiência da metodologia. Os assentamentos são, em sua grande maioria - a totalidade em relação aos que participaram do curso de Abelardo Luz / SC e Candoi / PR -, Unidades Jurídica, ou seja o Assentamento possui uma unidade relacionada a um nome jurídico perante o INCRA ou ao Estado; ou uma unidade de caráter representativo, ou reivindicativo. Enquanto a metodologia pressupõe o trabalho com unidades econômicas ou seja, os assentamentos enquanto uma unidade não apenas jurídica, mas econômica, tendo formas de organização do trabalho e/ou produção

das quais todas as famílias fazem parte e tem responsabilidade. Além disto, o pouco espaço de tempo (2 a 3 dias), para esta "construção - definição" (do projeto conceitual), implica em construções abstratas de concepção de unidades econômica ⁷.

Estes fatos impõem uma séria revisão das etapas de construção do projeto; onde faz-se necessário refazer conceitos e readequar o tempo para que o projeto conceitual seja melhor construído. Outra questão, organicamente ligada a esta, é a da diversidade cultural, social e econômica das pessoas; a necessidade de "vestir" o assentamento de uma unidade econômica, desprivilegia esta diversidade e complexibiliza ainda mais o sucesso da metodologia.

1.4.3. Os Estudos Básicos

De posse do projeto conceitual, que dá o norte, a direção de por onde caminhar, por onde orientar o projeto, entramos na primeira das etapas técnicas do Projeto de Viabilidade; um momento fundamental, pois os estudos básicos tem o papel de nos propiciar um conjunto ordenado de informações que servirão de base para a próxima etapa - a proposta técnica.

As informações a serem trabalhadas são orientadas pelas demandas advindas do projeto conceitual, desta maneira não haverá acúmulo de informações de toda a natureza, que em muitos projetos acabam por ser a parte mais importante, ao mesmo tempo que sem a coerência necessária.

(7) No curso de Gestão da APACO, devido a que os grupos de cooperação agrícola já possuíam, na maioria dos casos, uma unidade econômica, o projeto conceitual encontrou facilidade e potencialidade para a sua adequada realização porém, mesmo assim, o limitado tempo não permitiu uma construção segura num primeiro momento exigindo um aprofundamento desta questão, o que foi possível pela estrutura do curso que ocupa um espaço temporal de 06 (seis) meses.

Com as informações prestadas pelos estudos básicos, estaremos aptos a realizar

"uma (...) análise das relações causa-efeitos, e condições-conseqüências a respeito do estado atual e do estado projetado (sem intervenção, sem mudança qualitativa), para poder concluir no diagnóstico e prognóstico, sobre as principais potencialidades dos Assentamentos e seus pontos de estrangulamento" (Goni e Castro : 73).

Assim, os estudos básicos propiciam um ponto de apoio para se programar as ações necessárias na proposta técnica. Os estudos básicos têm como conclusão a identificação dos pontos de estrangulamentos e o dimensionamento das potencialidades do assentamento e da comunidade nele estabelecida. Desta maneira, os estrangulamentos deverão ter buscado a sua remoção; já nas potencialidades tem-se os pontos fortes do assentamento que deverão ser desenvolvidos. Assim,

"... as conclusões dos estudos básicos observando o estado atual (diagnóstico) e o estado projetado (prognóstico), agrupados em pontos de estrangulamentos e potencialidades, são as alavancas, as molas os fundamentos e as bases para a proposta técnica e para o projeto como um todo"(Idem :76).

O caminho metodológico para desenvolver os estudos básicos parte da análise do acervo de informações disponíveis; formulação de hipóteses de trabalho; investigações adicionais;

análise e interpretação das informações; dimensionamento das potencialidades e identificação dos pontos de estrangulamento na situação atual; análise prospectiva; para então chegar-se ao relatório dos estudos básicos

Segundo o "Guia Metodológico para Elaboração de Projetos em Áreas de Assentamento", um bom roteiro de um projeto de viabilidade não pode deixar de incluir os seguintes estudos básicos: aspectos físicos-locacionais; geo-econômicos; mercadológicos; sócio-organizacionais; institucionais; e por fim, as conclusões: potencialidades e estrangulamentos.

1.4.4. A Proposta Técnica

É a etapa de elaboração das propostas que buscam permitir caminhar em direção ao "Estado Desejado". Isto se dá através da formulação de um "Modelo de Intervenção" e posteriormente, através do desenvolvimento dos planos de produção, comercialização, desenvolvimento social, organização e gestão, capacitação de recursos humanos e plano de investimento e financiamento.

O Modelo de Intervenção é a forma pela qual se buscará intervir na realidade para se alcançar o "estado desejado"; desempenha o papel de mediação entre os estudos básicos e as proposições ou planos específicos; desta maneira assume a função de " Cérebro do Projeto", aquele que guia. Em sua elaboração destacam-se dois momentos: o da reflexão sobre o estado atual e o desejado, e os caminhos que se tem para tal passagem, e o outro, de decisão para se escolher um dos caminhos.

O Modelo de Intervenção tem como componentes: os objetivos, que permitem visualizar o que se quer o (estado desejado); as

diretrizes, que são as normas, leis, orientações, determinações que deverão ser levadas em conta na construção do caminho; a estratégia que é o caminho, a alternativa, a forma para transportar o estado atual e chegar ao estado desejado; e por fim as linhas de ação, que são na verdade o desdobramento e concretização da estratégia em planos para se atingir objetivos setoriais ou específicos.

A "Proposta Técnica" por sua vez é a concretização em planos setoriais das linhas de ação; são seis planos que normalmente compõem a proposta técnica: 1) o plano de produção, que visa desenvolver ações que objetivem a obtenção de excedentes produtivos; 2) o plano de comercialização, que se destina a programar ações que garantam a presença direta no mercado e/ou, possibilite uma maior apropriação da riqueza produzida; 3) o plano de desenvolvimento social que objetiva consolidar as intervenções para se alcançar objetivos na saúde, educação, integração social etc; 4) o plano de organização e gestão, que visa estabelecer a estrutura e os procedimentos organizacionais de direção e controle possibilitando assim uma gestão eficiente; 5) o plano de recursos humanos que é relativo a capacitação da mão-de-obra; e por fim, 6) o plano de investimento e financiamento que consolida as inversões dos planos anteriores e prevê as fontes de recursos para implementação das ações.

1.4.5. Avaliação do Empreendimento

É a etapa final da "Elaboração do Projeto de Viabilidade", é onde a equipe de planejamento e os agricultores de cada empreendimento ficam sabendo da rentabilidade, da viabilidade ou não do projeto, ou seja

"...se as inversões de capital e trabalho feitas resultarão num benefício que justifique os esforços e custos investidos ou não" (Goni e Castro, : 100).

Apesar de estar centrada na avaliação econômica e financeira, deverá se ter atenção para os aspectos sociais, organizacionais, ambientais e técnicos. Assim,

"... é importante avaliar, por exemplo, o grau de coesão interna do grupo e a sua disposição para enfrentar seus problemas, os avanços na capacidade de direção e de mobilização dos dirigentes, a participação geral dos assentados e das suas famílias, o desenvolvimento de uma consciência crítica e política, a capacidade de organizar cooperativamente o trabalho, a solidariedade manifestada com outros grupos em iguais condições, etc" (Idem : 101).

Na avaliação econômica e financeira destacam-se alguns indicadores:

1 - Avaliação Estática: na avaliação estática faz-se uma abordagem "fotográfica" do projeto, num período quando de seu pleno funcionamento, utilizando-se indicadores de fácil manipulação; esta avaliação é utilizada para pré-avaliar resultados esperados de unidades ou sub-projetos. Os principais indicadores são margem beneficiária, relação custos fixos/custos variáveis e ponto de nivelamento.

2 - Avaliação Dinâmica: esta já permite uma abordagem global do empreendimento, considerando todo o período de sua implementação no projeto propriamente dito e em sua implementação. Os

principais indicadores são valor líquido atualizado, relação benefício/custo e taxa interna de retorno.

3 - Avaliação Macro-Social: esta considera o impacto social do Projeto tendo como principais indicadores o coeficiente de capital, densidade de capital e participação da massa salarial no valor agregado.⁸

(8) Maiores informações podem ser obtidas no Guia Metodológico para Elaboração de Projetos em Áreas de Assentamento pgs. 100 a 120.

2. CONCEPÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DA "METODOLOGIA PNUD"

A concepção político-econômica da "proposta metodológica PNUD" é transformar os assentamentos em verdadeiras empresas rentáveis e autogestionárias.

Esta concepção tem como fundamento uma compreensão da "pequena produção" que passaremos a descrever tomando por base o texto "A Pequena Produção Camponesa e os Programas de Desenvolvimento" (Gomes, 1992); e o "Guia para Gestão em Áreas Reformadas" (Mendes e Tinoco, 1990).

No primeiro texto⁹, a pequena produção é entendida como uma organização econômica produtora de mercadorias e portanto de excedente, e desta forma "inserida" no modo de produção capitalista que a condiciona e determina suas possibilidades e limites, subordinando também aí, o trabalho ao capital.

O pequeno produtor assim, é entendido como um trabalhador, ~~proprietário de seus meios de produção,~~ cuja atividade produz valor que só em parte é apropriado pelo mesmo. Neste contexto, a pequena produção mercantil, por estar inserida no modo de produção capitalista, que tem como fundamento o lucro, deverá, para subsistir e se desenvolver, ser também rentável, o que implica em assumir um caráter econômico-empresarial.

Segundo o autor, a existência do lucro, ou resto, ou excedente, ou sobra (para ele a denominação é irrelevante, tem diferenças semânticas se não se investiga quais os agentes que se apropriam do que chama diferença entre custo e receita), pode ser um dos elementos que explicam sua reprodução bem como, a

(9) O texto em questão é a primeira parte de um trabalho sobre gestão desenvolvida pelo autor. Apesar de ser uma temática específica, nela encontraremos de forma mais sistemática a compreensão da pequena produção que perpassa toda a metodologia, constituindo-se assim na sua base teórica.

apropriação do mesmo por diversos agentes, o que indica a precariedade da mesma.

O caráter econômico-empresarial requer porém, entre outras posturas, a produção com custo menores; a comercialização realizada de forma a que haja uma apropriação maior de valor; e o reinvestimento da parcela do valor excedente produzido; isto implica num processo de acumulação - caso não se queira ficar na eterna dependência estatal¹⁰ -, no que a pequena produção encontra-se limitada, devido entre outros aos seguintes fatores: baixa produção e produtividade; sub-emprego da mão-de-obra; baixos preços conseguidos no mercado; oligopolização deste mercado; e o baixo nível de vida advindo do subconsumo.

Desta maneira, os requisitos técnicos não conseguem por si só reverterem as desvantagens da pequena produção mercantil, uma vez que, várias das condições desfavoráveis não se encontram determinadas em seu interior, mas se dando, no amplo espaço global do processo de acumulação.

O autor então conclui que

"...não basta ter uma racionalidade econômico-empresarial interna a cada unidade de produção pois, diante da insuficiência de meios, a vontade e a capacidade técnica são incapazes de promover modificações substanciais.

A viabilidade passa também pela articulação das pequenas unidade produtivas rurais nas mais diversas

(10) A alternativa da acumulação é contraposta pelo autor à via da intervenção estatal de forma paternalista através de políticas assistencialistas ou compensatórias, que trazem embutida uma visão marginal da pequena produção.

formas de associativismo que sem eliminar o caráter empresarial das partes, tenta ampliá-lo através de ganhos econômicos de escala. O objetivo, neste caso, continua sendo fazer com que o conjunto e cada produtor ganhe e acumule em meios de produção uma parcela significativa do fruto do seu próprio trabalho" (Gomes, 1992 : 3).

Esta concepção tem como campo delimitativo expresso, a busca de alternativas que permitam que a integração ao sistema, tida como dada, possa ocorrer de forma menos desfavorável à pequena produção, sem com isto eliminar as contradições existentes.

Nos assentamentos, tal compreensão tem o entendimento de que

"...o ato do assentamento conclui uma etapa: a conquista da terra. A partir desse ato os trabalhadores ganham, junto com ela a necessidade (e a responsabilidade) de nela se manter e desenvolver; a necessidade portanto, da geração de excedentes econômicos e de sua apropriação.

Dessa forma, resulta que a organização para a produção em um assentamento, deve se pautar dentro de uma racionalidade tipicamente empresarial, embora apresente características adicionais e diferentes das que normalmente se atribuem ao padrão de empresa capitalista, na atualidade" (Mendez e Tinoco, 1990: 31).

Desta forma, e dispondo de um conceito genérico de empresa

"...organização econômica e social que, reunindo capital, trabalho e direção, se propõe a produzir bens ou serviços na expectativa de lucros." (Souza et al., 1988 : 23; cit. op. Mendes e Tinoco, 1990 : 31).

Concluem os autores que a organização em um assentamento para o processo produtivo deve ser uma empresa.

A unidade referência para este processo de construção empreendimento-empresa, o assentamento, é entendido inicialmente como sendo apenas uma

"unidade jurídica.(...) área de terra entregue para posse e uso a determinado número de famílias" (Mendes e Tinoco, 1990:83).

Ou seja, a unidade jurídica é caracterizada nos assentamentos quando a geração de excedentes econômicos efetiva-se na unidade familiar. Neste caso o assentamento como unidade tem caráter meramente representativo, com caráter jurídico ou não, reivindicativo ou não. Este é o caso da grande maioria dos assentamentos.

Desta análise derivam-se também modelos de unidades econômicas que podem servir de tipificação de formas existentes ou modelos de construção. São as chamadas unidade econômicas onde a geração de excedente dá-se também ou exclusivamente no assentamento;

"É na unidade assentamento que se geram o excedentes econômicos apropriáveis pelos assentados; neste caso é o assentamento que assume o caráter empresarial" (Mendes e Tinoco, 1990 : 34).

2.1. As Diversas formas de Unidade Econômicas

2.1.1. Unidade Econômica de Prestação de Serviços

A unidade econômica é estabelecida através da prestação de serviço(s) pelo assentamento (sua organização) a todos as famílias tais como: compra de insumos; comercialização da produção; fornecimento de máquinas e equipamentos; assessoria técnica; armazenagem; transformação da produção; etc. A unidade familiar também mantém seu papel de geração de excedentes;

2.1.2. Unidade Econômica Coletiva

A unidade econômica se dá quando o assentamento incumbe-se de todo o processo produtivo (semelhante ao que ocorre com as unidades familiares),

" Assim, como a opção pela unidade familiar tira da unidade assentamento o caráter empresarial, existe em tese, a possibilidade de um assentamento assumir integralmente este papel; quer dizer, é no assentamento enquanto unidade empresarial que se geram os excedentes econômicos apropriáveis pelos seus associados. Certamente neste caso, ficarão para a unidade familiar apenas atividades econômicas destinadas ao auto consumo e outras que não interfiram com o giro econômico do assentamento" (Mendes e Tinco, 1990 : 34)

2.1.3. Unidade Econômica Mista

A unidade econômica se dá a nível de determinado setor ou ramo da produção envolvendo todo o assentamento, porém, a unidade familiar também continua a ser um espaço de geração de excedentes; como exemplo poderíamos citar um assentamento onde as famílias, além de suas atividades próprias, desenvolvem de forma cooperada outras atividades como: roça coletiva; exploração pecuária (condomínio de leite, de suínos); fruticultura; agroindustrialização, etc, ou apenas uma desta.

Destaca-se nestas formas a necessidade de se definir as relações entre a unidade familiar e a unidade de assentamento.

3. POVOAMENTO E COLONIZAÇÃO: A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA EM SANTA CATARINA

A colonização de Santa Catarina e da região sul do país vincula-se inicialmente ao processo de conquista e guarda do território pela coroa portuguesa para, num segundo momento, ligar-se aos primeiros movimentos internos de migração originados das chamadas "colônias velhas" gaúchas que, devido ao excedente populacional e à abundância de terra impulsionaram o processo de ocupação do território sulino.

Este processo trouxe determinações específicas para a região, em relação ao ocorrido em outras, uma vez que teve como marca fundamental a constituição de núcleos coloniais¹¹ baseados na pequena produção agrícola.

Em Santa Catarina, três movimentos que abrangem três grandes regiões do Estado - o litoral, o planalto e o oeste-, marcaram a ocupação do território e a formação de sua estrutura agrária. O primeiro movimento de ocupação dá-se no litoral, desdobrando-se posteriormente para o interior das regiões norte, sul e vale; identifica-se aí segundo a origem, três fluxos migratórios: os vicentistas, os açorianos e os europeus. O povoamento vicentista (migrantes vindos de São Vicente e Piratininga/SP), dá-se na primeira metade do século XVIII estando essencialmente ligado à conquista e defesa do território. A difícil situação econômica dos vicentistas e os atrativos da região (captura de índios, minérios, existência de vacarias, promessas governamentais) incentivaram o deslocamento

(11) Utiliza-se a formulação feita por Coradini (Coradini, 1987:27) onde o termo "colônia" designa o núcleo de colonização formado por migrantes e/ou seus descendentes, ou "colonos" para designar os imigrantes e/ou seus descendentes.

dos migrantes. Devido à fragilidade da organização econômica deste processo e às implicações da guerra entre Portugal e Espanha pela conquista do território, já no final do século XVIII havia fracassado.

Em meados do século XVIII implanta-se os primeiros povoamentos açorianos (populações originárias das ilhas de Açores/Portugal), tendo estes um caráter mais próximo ao de colonização, uma vez que, além de povoar, buscava-se também desenvolver a região e com isto superar o fracasso do povoamento vicentista. A esta população, que encontrava-se numa situação de miséria no arquipélago, foi prometido, na nova pátria, terras, armas, animais, implementos e mantimentos, o que muitas vezes nunca chegaram a ver. Mesmo assim constituíram-se núcleos (denominados de freguesia), compostos de aproximadamente 60 (sessenta) famílias, onde o tamanho das propriedades era em torno de 27 (vinte e sete) hectares.

O fluxo europeu tem seqüência com a colonização alemã a partir de 1829, seguida dos italianos a partir de 1830 e dos poloneses nas duas últimas décadas do século XIX. A relação com a economia cafeeira, as condições sócio-políticas dos principais centros emissores (a Alemanha e Itália) e as idéias vigentes de superioridade étnica dos demais europeus em relação aos portugueses, negros e índios, contribuíram decisivamente para este processo. Esta colonização também é realizada com base na pequena propriedade onde os imigrantes recebiam lotes de área que variavam entre 20 (vinte) a 37,7 (trinta e sete vírgula sete) hectares, os quais eram distribuídos sob diferentes formas de pagamento.

O segundo movimento de ocupação é relativo à região do planalto catarinense e vincula-se aos "caminhos de tropas" pelos

quais o gado é conduzido do Uruguai a Sorocaba / SP. A necessidade de locais de pouso e descanso das tropas, as condições naturais propícias para a pecuária e a existência de gado na região possibilitaram a criação dos primeiros núcleos populacionais (origem paulista) e a implementação da bovinocultura extensiva como atividade econômica; esta, baseada na grande propriedade, origina uma conformação agrária ímpar no Estado. A pecuária extensiva, enquanto atividade econômica dominante, por absorver pouca mão-de-obra, não consegue, em seu processo de desenvolvimento absorver o crescimento populacional; parte deste será responsável pela expansão da colonização para outras regiões.

O terceiro movimento de ocupação dá-se na região oeste do Estado. Sua origem liga-se, de um lado, aos "caminhos de tropas" e ao movimento dos excedentes populacionais do planalto, de outro, pelas populações egressas das revoluções Farroupilha (1835 - 45) e Federativa (1893); de soldados da guerra do Contestado, num primeiro momento, e num segundo, pelos colonos gaúchos. Por ser este terceiro movimento que historicamente traça a origem do processo que virá conformar nosso objeto, dar-lhe-mos uma atenção especial, o que nos conduz inicialmente a analisar a colonização gaúcha, e a formação da população cabocla ou brasileira em Santa Catarina.

A colonização européia, a esta época no Brasil, liga-se, por um lado, diretamente aos primeiros resultados do desenvolvimento capitalista na Europa que expropriou e levou à miséria enormes contingentes de camponeses, muitos dos quais nossos antepassados, que, como forma de resistirem a proletarização foram obrigados a abandonar suas pátrias e aventurarem-se por longínquas e desconhecidas terras; por outro

lado, liga-se ao início do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, marcado pela demanda de mão-de-obra pela produção cafeeira.

No que se refere à colonização gaúcha, tem-se como determinante inicial a ocupação efetiva do solo e a defesa da fronteira com os países do prata, porém outras determinações fundamentais conformam este processo. Segundo Coradini (1987):

"... a história da ocupação do solo sulino proporcionou o surgimento de suas duas faces básicas: de um lado, a grande propriedade fundiária, resultado da ocupação dos campos limpos através da concessão de sesmarias e, de outro, a pequena propriedade familiar, a partir da imigração" (:18).

Porém, enquanto nas outras regiões a pequena propriedade poderia constituir-se em ameaça para o latifúndio, no Rio Grande do Sul, em geral, elas se complementam, pois a grande propriedade, tendo por base a pecuária extensiva e a produção de charque, não necessitava de muita mão-de-obra, ao mesmo tempo em que a especialização não possibilitava a geração de excedentes de produção alimentar, a não ser a carne.

Destaca-se neste processo, a existência de uma concepção inovadora da fração da classe dominante ligada ao comércio e à Coroa Imperial, que opunha-se ao pensamento conservador da fração hegemônica dos proprietários de escravos e charqueadas do sul do Estado; esta concepção centrava-se na necessidade de resolver não apenas o problema da escassez populacional como também a necessidade da liberação do espírito criador no

trabalho, o que segundo esta, só o estrangeiro, livre e proprietário poderia realizar. Porém, se este interesse determinava a colonização, eram os grandes proprietários que determinavam a localização dos núcleos coloniais; desta forma, tanto a colonização alemã, como posteriormente a italiana, ocuparam áreas desprezadas pela grande propriedade. (Cf. Santos, 1984: 14-16)

Outra questão também importante, e que vai reforçar o caráter da colonização européia baseada na produção familiar, é a sua direta relação com a economia cafeeira da região sudeste. Esta ligação dá-se em especial com a colonização italiana, que ocorre à época em que está mais acirrada a disputa entre a política de colonização e de imigração.

As limitações impostas ao tráfico de escravos levam o governo a traçar políticas de atração aos imigrantes; para tal:

"... a organização de uma colônia de homens livres e proprietários acenava com um futuro próspero aos imigrantes que vinham para ser trabalhadores. (...) o que é mais plausível se lembrarmos que ela precedeu a grande imigração italiana em São Paulo. Neste sentido a colonização serviu como instrumento de propaganda no aliciamento de imigrantes para a lavoura cafeeira paulista"(Idem: 16 - 17).

Outro aspecto importante a ressaltar, principalmente por ter significativa determinação na conformação da lógica econômica da produção familiar e na base da constituição

capitalista da agricultura, é que a colonização italiana foi realizada já sob a marca da Lei de Terra de 1850, o que institucionalizou, a nível jurídico-político, a propriedade privada da terra. Desta forma, a terra cristaliza-se como equivalente à mercadoria e o imigrante é obrigado a despende uma soma de dinheiro em sua aquisição; esta despesa, juntamente com o reembolso do auxílio recebido (sementes, ferramentas, alimentos, etc.) formava a "dívida colonial" do imigrante, que o levava, desde a sua instalação, ao mundo da mercadoria. Soma-se a isto também, o vínculo da economia colonial com o mercado interno local, especialmente Porto Alegre, e o mercado nacional, constituído pela próspera economia cafeeira no Rio e São Paulo que, não sendo auto-suficiente, demandava produtos alimentares de outras regiões (Idem: 17-19).

Neste sentido, a produção familiar tem sua lógica orientada, já na sua origem, ao mercado, seja ela de terras, seja de produtos agrícolas, o que trouxe determinações fundamentais para a mesma. Assim, se por um lado, tem-se que a imigração europeia pode ser entendida como uma forma de resistência do "camponês" europeu à proletarização, sua "recriação" enquanto produtor familiar no sul do Brasil dá-se pelo próprio movimento de reprodução capitalista, ou seja,

"... se constitui na história pelo modo de produção capitalista, determinado como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente" (Idem: 23).

É no próprio desenvolvimento deste processo de ocupação que origina-se um movimento de migração, o qual passa a

sucessivamente dar origem a "novas colônias" que, inicialmente ocupam novas áreas no Estado gaúcho, para posteriormente, ultrapassando fronteiras, colonizarem a região oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná; movimento este que hoje já encontra-se em Rondônia e outros países como o Paraguai.

Este movimento tem seus determinantes no processo produtivo das colônias velhas e na existência de terras disponíveis na fronteira agrícola. Os imigrantes,

"Com as condições técnicas e sociais da produção agrícola encontradas (...) foram forçados a abandonar suas técnicas de produção, a fim de se adaptarem às novas condições sócio-econômicas, passando a utilizar, por exemplo, a queima e a rotação de terras" (Coradini, 1987:19).

Desta maneira, o tamanho dos estabelecimentos e o crescimento demográfico nas colônias implicaram na formação de um excedente populacional que passou a ocupar novas áreas em sucessivos desdobramentos uma vez que,

"Nas novas colônias, os excedentes populacionais surgem com maior rapidez e intensidade, em boa medida graças à diminuição do tamanho dos lotes distribuídos, e, numa segunda fase, graças ao processo de modernização e da reorganização da produção agrícola" (Idem: 19).

Este contínuo processo de ocupação da fronteira é também favorecido pela possibilidade dos colonos se fazerem valer da

renda diferencial¹², relativa às condições naturais e de distância do mercado, o que determina um preço menor da terra a ser adquirida, em relação ao seu preço no local de origem dos colonos.

Como resultado deste processo tem-se que a maior parte da produção agropecuária no sul advém da propriedade familiar, onde o processo produtivo dá-se baseado no trabalho familiar e na policultura, mas sempre comandado por uma ou mais culturas comerciais; processo este que intensifica-se em si mesmo com o surgimento dos comerciantes e posteriormente com o processo de modernização ligado ao novo estágio de desenvolvimento do capitalismo no país, e que leva a uma expressiva diferenciação de classes sociais.

A nível de Santa Catarina, cabe ainda destacar um reforço na configuração de categorias sociais distintas; o europeu e o "caboclo" ou "brasileiro". Assim, a população cabocla ou brasileira (Cf: Cazella, 1991), foi excluída do processo de colonização, ao mesmo tempo que tornava-se cada vez mais estigmatizada, citando Campos (1987) descreve que esta população cabocla tem origem no

"...deslocamento de peões das estâncias gaúchas, fugitivas de diversas revoltas, dentre as quais a Revolução Farroupilha (1835-45) e a Federalista (1893), soldados da Guerra do Contestado, etc, que miscigenaram com a população indígena local, ampliando significativamente seu número" (: 21).

(12) Utiliza-se o conceito conforme Marx descreve no Vol. VI do liv. 3 de "O Capital".

No desenrolar deste processo, destacam-se inicialmente os violentos contatos com as populações indígenas e posteriormente a Guerra do Contestado, um primeiro levante "camponês" em Santa Catarina, que se origina na situação de miséria da população da região e na impossibilidade de terem reconhecida legalmente suas posses, o que tornou-se agravante quando da concessão de extensas áreas de terras pelo governo à empresa estrangeira construtora da ferrovia São Paulo - Rio Grande¹³.

A região do Contestado, assim denominada por ter sido contestada pela Argentina e posteriormente disputada pelos estados do Paraná e Santa Catarina, após a Guerra do Contestado é incorporada a Santa Catarina.

As terras recebidas pelas empresas transformaram-se em projetos de colonização, inaugurando um segundo momento de colonização da região realizado através dos fluxos migratórios das "colônias velhas" do Estado gaúcho.

A distinção é mais uma vez reforçada, os caboclos são expulsos novamente, agora, devido à "necessidade" ou exigência dos migrantes gaúchos de encontrarem "terras limpas".

A colonização do oeste catarinense seguiu os mesmos moldes da ideologia da colonização européia no país, implicando assim na "limpeza da área", ou seja, expulsão dos caboclos que lidavam com o extrativismo - de forma especial a erva-mate, a criação extensiva de gado - e a produção de subsistência (Cf: Rewk, 1990 : 54, op in. Cazella).

A principal medida de incorporação da região (ex-Contestado) à Santa Catarina foi a colonização.

(13) Sobre o Contestado ver, Monteiro (1974) e Auras (1984).

A eficácia do projeto colonizador requereu o agente humano, cujo modelo foi o descendente do europeu, vindo das colônias velhas, do Rio Grande do Sul. Este aspecto traz similitudes com a ideologia da colonização européia no país, tendo como protagonista os colonos "trabalhadores", construtores do progresso e da civilização, no entanto, excluindo desse projeto a população brasileira, a posseira.

As indicações são de que, dos anos 30 ao início dos 60, ocorreram a consolidação do grupo de origem européia e uma crescente pauperização dos camponeses caboclos. Esses, na maioria, transformaram-se em parceiros, arrendatários, posseiros e em menor escala, em bóias-frias.

4. "MODERNIZAÇÃO" E A NOVA CONFIGURAÇÃO DAS CLASSES NO CAMPO

4.1. O Processo a Nível Geral

A análise a que vinhamos fazendo, tem como significativo divisor de águas a intensificação do processo de industrialização agrícola a partir de meados dos anos 60¹⁴; este processo, chamado de "Modernização Agrícola", teve como características fundamentais a modificação do padrão tecnológico da agricultura, com a crescente utilização de insumos químicos, máquinas e equipamentos, o que foi acompanhado de transformações nas relações de trabalho.

Por outro lado, a agricultura, ao industrializar-se, impôs, através da mecanização, a substituição não apenas da força física do homem, mas a sua própria habilidade manual, com isto há uma grande redução nas necessidades da mão-de-obra.

A nível geral, o país passa a produzir internamente os fatores essenciais ao processo produtivo agrícola (insumos, máquinas, equipamentos), que até então eram importados, o que limitava as possibilidades de desenvolvimento às possibilidades de importação que possuía o país. É neste contexto que o rumo do processo de modernização da agricultura assume a perspectiva dos setores industriais-fornecedores e processadores ligados à agricultura, passando-se a constituir o chamado "Complexo Agro-Industrial" ou CAI. Ou seja, opera-se uma integração intersetorial dos três fatores básicos que conformam o setor agrícola: os setores industriais ligados à produção de insumos,

(14) Sobre este processo tecemos algumas considerações gerais uma vez que é vasta e rica a bibliografia sobre esta temática.

máquinas e equipamentos; a agricultura moderna; os setores ligados ao processamento da produção agrícola.

Assume neste processo um papel fundamental e viabilizador a atuação do Estado, que, por um lado, através da política agrícola, comandada pelo crédito rural e tendo por base o pacote tecnológico da "revolução verde", viabiliza a modernização; a qual realiza-se sem as propaladas necessárias modificações na estrutura agrária. Por outro lado, como esta integração a nível de CAI não é uma integração harmônica, o Estado torna-se o locus de uma disputa das maiores fatias de lucratividade entre os setores.

O ápice deste processo dá-se com a integração de capitais que estavam em ramos isolados formando agora os grandes oligopólios que, comandados pelo capital industrial, consolidam a integração técnica destes setores e provocam uma profunda transformação no processo de concentração de capitais e da terra, bem como, nas relações com o Estado.

Deste processo tem-se uma primeira implicação a nível teórico onde constitui-se como categoria analítica da agricultura o Complexo Agro-Industrial - CAI, superando-se assim as análises que tomavam a agricultura em si, enquanto recorte do sistema econômico geral, dando-lhe status de um dos ramos específicos do sistema econômico geral; ou seja, a análise da agricultura passa a ter como pressuposto o entendimento de uma estrutura complexa, heterogênea e multi-determinada, que só pode ser compreendida a partir de seus vários elementos constitutivos e determinantes, os quais conformam o CAI. Este procedimento teórico encontra concreção ao ser a categoria analítica uma categoria concreta, uma vez que o CAI é compreendido como um campo de acumulação de capital.

Ao nível de estrutura produtiva destaca-se uma crescente concentração e centralização de capitais, os quais refletem-se no caráter excludente da modernização em relação a produtos, produtores e regiões. Assim, são incorporados ao processo modernizante especialmente médios e grandes produtores; as culturas de exportação e de utilidade-interesse industrial; e as regiões sul, sudeste e centro-oeste; também é incorporada uma parcela de pequenos produtores vinculados a determinadas culturas e/ou criações (frango, fumo, suínos, leite, tomate), em determinadas regiões. Já nas regiões Norte e Nordeste bem como uma parte do Sudeste, a predominância é de pequenos produtores não integrados, com a presença de alguns espaços de integração. Porém, apesar deste caráter excludente, a modernização levou seus reflexos e conseqüências a todas as formas de organização do processo produtivo em todos os espaços, uma vez que a política de modernização (tecnologia, preços, crédito) faz-se refletir em todas as formas de processo produtivo.

O crescente desenvolvimento tecnológico impôs patamares crescentes de capitais para que as unidades produtivas se mantivessem integradas ao complexo. Não decorre daí nenhum determinismo tecnológico. Este processo é compreendido no contexto da luta de classes onde a consolidação da fração moderna da burguesia agro-industrial impôs o nível de padrão modernizante e de acumulação.

Ao nível das relações sociais têm-se como resultado um crescente processo de proletarização, o qual, cada vez mais assume a pura forma de assalariamento permanente, o que se dá, ou seja, devido às crescentes exigências em trabalhadores especializados, seja pelo crescimento das atividades técnicas e administrativas no interior das unidades agrícolas e pela plena

mecanização do processo produtivo.

No que se refere à produção familiar, destaca-se, de um lado a gradativa perda do papel produtivo dos setores mais pobres, onde a terra reduz-se quando não ao local de moradia, a um espaço de produção de auto-subsistência; de outro lado, os setores que se integram ao CAI tem cada vez mais reduzidos seus níveis de autonomia e sua possibilidade de manutenção no complexo devido aos crescentes patamares de capitalização que são exigidos pelas inovações tecnológicas e escala mínima de produção.

No campo da burguesia agrária, o destaque é para consolidação de uma fração de produtores capitalizados que também se confrontam com a crescente escala mínima de capital, enquanto de outro lado ocorre uma crescente integração intersetorial dos capitais. Os produtores, sejam eles pequenos ou grandes, que não estão integrados ao CAI, cada vez mais marginalizam-se no processo produtivo. O reflexo faz-se sentir a nível populacional onde se observa, paralelamente a uma queda da taxa da natalidade, um crescente processo de pressão no mercado de trabalho e por conseguinte no índice de desemprego, como resultado do intensivo processo de urbanização. Isto ocorre em consequência, seja da exclusão de grandes parcelas de trabalhadores do processo produtivo agrícola, seja pela dissociação do trabalhador rural de seu local de trabalho e sua transferência para as cidades onde é requisitado como bóia-fria. Por sua vez, os setores proprietários, mesmo familiares, ao terem liberado das atividades produtiva parcela da mão-de-obra, devido ao processo de tecnificação, buscam a cidade e suas expectativas.

Neste sentido espera-se que para o ano 2.000, em torno de

80% da população esteja nas cidades.

Destaca-se assim que, com o desenvolvimento capitalista no campo, forma-se uma nova estrutura, baseada em novas relações de produção, onde cada vez mais a burguesia agrária e os assalariados passam a se constituir nas classes fundamentais; não descarta-se com isto a importância das classes intermediárias, pequena burguesia agrária e a produção familiar, as quais muitas vezes têm papel fundamental.

Porém nesta nova configuração de classes surge, principalmente a nível político, uma nova categoria, os Trabalhadores Rurais Sem Terras, definida pela comum situação de carência de terras, apesar de estarem inseridos no processo produtivo de forma diferenciada. São eles os arrendatários, os parceiros, os posseiros, os peões, os minifundistas, os filhos de pequenos proprietários. Esta categoria, não aceitando o rumo da proletarização que lhes impõe o desenvolvimento capitalista, conforma-se em movimentos de luta pela terra e desencadeia o movimento recente de reforma agrária no país.

4.2. O Processo de Modernização em Santa Catarina¹⁵

Ao analisa-se o processo de modernização no Estado de Santa Catarina, observa-se uma expansão horizontal da agricultura, com a incorporação de novas áreas, sendo que da área total do Estado a participação da área agrícola aumenta de 60% para 80%, dos anos 60 aos anos 80. Por outro lado, também observa-se uma intensificação da agricultura, onde a área que efetivamente se investe trabalho tem sua participação aumentada,

(15) Esta análise é baseada num estudo realizado por SILVA, C.A.F. e BOTTAN, A., 1984: "Estrutura Agrária: Evolução em Santa Catarina - 1960-1980".

no mesmo período de 27,5 % para 45,5 % ou seja, uma alteração nos últimos 20 anos de 110 % da área agrícola trabalhada. Observa-se ainda, que as áreas de reflorestamento foram as que mais se expandiram, com um aumento de 284 % neste período.

As alterações na base técnica da produção agrícola confirmam, por sua vez, a intensificação da agricultura. No mesmo período, o incremento na utilização de máquinas agrícolas alcançou a cifra de 2.893%, as despesas de custeio efetivaram um aumento real na ordem de 1.530 %, com destaque para o crescimento na utilização de fertilizantes (3.000%) e de ração e produtos veterinários (2.800%).

Por sua vez, estas alterações na base técnica da produção não se dão sem um paralelo processo concentracionista na estrutura fundiária. Assim é que, no mesmo período, o índice de GINEI da distribuição da posse da terra, apesar de inferior a média do total dos Estados da Federação, apresentou um aumento de 0,667 para 0,676. Confirma a tendência concentracionista o fato dos estabelecimentos de áreas entre 20 a 50 hectares apresentarem crescimento negativo de área, apesar de aumentarem em número, o que demonstra o fracionamento das pequenas propriedades. No mesmo sentido, os estabelecimentos de área superior a 500 hectares seguiram incorporando novas áreas e crescendo também em número.

No que diz respeito à composição da força de trabalho, a primeira referência a ser feita é a da diminuição relativa e absoluta da população rural neste período. Desta população, sua Parcela Economicamente Ativa, a PEA agrícola, vem apresentando também uma diminuição relativa na participação da PEA total do Estado (quase 69 % em 1960, para 39 % em 1980). Em relação à população rural, no entanto, ocorre um aumento da PEA agrícola

(30 para 36 %). Estes dados denunciam um simultâneo processo de êxodo rural e de incorporação de mão-de-obra assalariada.

Em relação à composição da população economicamente ativa, pode-se afirmar que o maior incremento se deu na categoria de assalariados permanentes e temporários, observando-se ainda um declínio na participação da mão-de-obra familiar no total da força de trabalho ocupada (de 91 % para 89 %); ou seja, o aumento da participação dos assalariados permanentes e temporários na composição da força de trabalho é a alteração mais significativa observada neste período, e que vem a confirmar o processo de intensificação da penetração do capital nas atividades agrícolas.

Porém, este desenvolvimento, na região oeste catarinense, adquiriu contornos muito específico é diferente do restante do país. Responsável por esta especificidade está a chamada produção familiar e a relação com ela estabelecida pelas agroindústrias.

"As agroindústrias processadoras de matéria prima desenvolveram, com auxílio do Estado, estreita relação com as unidades agrícolas de produção familiar. O sistema de integração vertical, principalmente de suínos e aves, é a forma predominante no Oeste Catarinense"(Cazella, 1992:22).

Esta especificidade por sua vez, não abrange a toda esta categoria, uma vez que o processo em questão é excludente, parcial, desigual, seletivo.

E assim, no final dos anos 70, início do anos 80, o campo catarinense tem como destaque, um contingente de cerca de 140.000 (cento e quarenta mil) famílias de agricultores sem terra ou carente desta, sendo aproximadamente 34.500 (trinta e quatro mil e quinhentas) empregados temporários; 31.000 (trinta e uma mil) empregados permanentes; 41.500 (quarenta e uma mil e quinhentas) minifundistas; 12.000 (doze mil) ocupantes; 9.800 (nove mil e oitocentas) arrendatários; e 11.500 (onze mil e quinhentas) parceiros.

Parcela deste contingente é que vai conformar-se em movimento de luta pela terra, dando origem a inúmeros assentamentos rurais no estado, e impulsionando um novo momento histórico de luta pela terra.

5. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: ORIGEM E TRAJETÓRIA

Como resultado do processo de desenvolvimento capitalista no campo, intensificam-se a organização e a presença política de pequenos agricultores, arrendatários, posseiros, assalariados - os Sem Terra - no cenário nacional. Mas, as condições estruturais não bastam, por si só, para que a privação resultasse em consciência e a revolta cotidiana em luta social; assim, neste contexto de desenvolvimento capitalista no campo, a consequente diferenciação social e o crescimento dos excluídos, conformam-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - que passaremos a analisar dentro de um quadro geral onde se fazem presentes:

1 - A efervescência política que tomou conta do país com o processo de abertura política e da chamada "transição democrática", refletindo-se numa participação popular mais ativa na vida política do país. O movimento sindical reordena-se, destacando-se a organização do operário paulista e a criação da CUT - Central Única do Trabalhadores; surgem amplos movimentos grevistas e cria-se o P.T. - Partido dos Trabalhadores. Todos estes acontecimentos induziram a formação de uma ala no movimento Sindical Rural e Urbano denominada "Combativa", que mais tarde passa a ser o espaço de articulação do Movimento dos Sem Terras.

2 - A reorientação das linhas pastorais da Igreja Católica da América Latina após a Conferência de Puebla (México) e o fortalecimento da Teologia da Libertação. Faz-se uma opção pelo aumento do nível de consciência política dos pobres, utilizando-

se como instrumento evangelizador as Comunidades Eclesiais de Base - CEBS e as Pastorais da Juventude, Operária, da Terra, etc.

3 - A questão Indígena: no Rio Grande do Sul, a gota d'água para o surgimento do atual Movimento dos Sem Terra foi a ação dos índios de Nonoai. Cansados de esperar pelo cumprimento das promessas da FUNAI, "expulsaram" de suas terra os arrendatários; "expulsos", sem terra e sem trabalho, esses agricultores passaram a reivindicar terra para trabalhar; ocupam as fazendas Macali e Brilhante/RS (1979), anteriormente desapropriadas; despejados tentam ocupar outra fazenda com titulação duvidosa da qual também são expulsos; decidem por fim acampar na beira da estrada exigindo terra do Estado. Surge o acampamento da "Encruzilhada Natalino" em Ronda Alta/RS. Este Acampamento mexe com a opinião pública nacional, tornando-se um estímulo à organização e luta dos Sem-Terra no país (Cf. Lisboa 1988 : 70).

Ainda em Santa Catarina, no início da década de 80, no município de Chapecó, o índios Kaigangs do Toldo Chimbangue saem vitoriosos numa polêmica disputa de terras com colonos da sede Trentim; como consequência, os colonos são desapropriados e parte das famílias (trinta e três de sessenta e duas famílias), é assentada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, na Fazenda Zandavali em Chapecó, no ano de 1986.

4 - Construção de Barragens: No Paraná, os desapropriados pela construção da Barragem de Itaipú dão início ao Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado - MASTRO; a este movimento juntam-se diversos outros setores de sem terra, principalmente os arrendatários que se encontravam ameaçados de não terem seus

os arrendatários que se encontravam ameaçados de não terem seus contratos renovados dada a intensa mecanização em curso nas fazendas da região. Têm papel fundamental neste processo a CPT e diversos sindicatos da região. Como reflexo do fortalecimento do MASTRO iniciam-se outros movimentos, na região sudoeste do Estado, de luta pela terra (Cf. Ferreira, 1982 : 16-22).

5 - Conflitos Pela Terra: A ocupação da fazenda Burro Branco (1980) no Município de Campo Erê/SC, dá início ao processo de organização dos Sem Terra do Estado. Em São Paulo o movimento se articula em torno da resistência e conquista da terra pelos posseiros da fazenda Primavera em Andradina. No Mato Grosso do Sul se desenvolvia intensa luta de resistência na terra por milhares de arrendatários.

Já no município de Papanduva, agora na região norte do Estado, colonos reivindicam suas terras de volta, por terem elas sido desapropriadas pelo Governo Federal e transformadas num campo de manobras do exército, sem que para isto recebessem as devidas indenizações.

Segundo o Movimento dos Sem Terra, dessas lutas isoladas no Sul do País, nasceu a necessidade dos trabalhadores sem terra se conhecerem, se articularem e discutirem suas experiências concretas.

Começa então a articulação dentro dos sindicatos combativos onde nasce a idéia de juntar todos os interessados em criar o Movimento dos Sem Terra - MST.

Assim, através deste novo quadro conjuntural onde a questão agrária volta a ocupar o centro dos debates, dos processos concretos de luta, e, das iniciativas de unificação da luta dos sem terra, o movimento vai se estruturando. Passam a ser realizados encontros, congressos estaduais e diversas ocupações

realização do primeiro congresso nacional em 1985, em Curitiba/PR, onde participaram 1.500 delegados representando 12 Estados.

5.1. O Processo em Santa Catarina

Em Santa Catarina o MST tem origem em maio de 1980 com a ocupação da Fazenda Burro Branco no município de Campo Erê, extremo oeste do Estado. A ocupação de uma área de 2.800 hectares deu-se de forma desordenada, tendo como fatores determinantes a situação fundiária irregular da área e a atuação do INCRA que procurava, através de algumas desapropriações, amenizar os conflitos existentes na região.

Com a ocorrência da ocupação e como forma de estabelecer um caráter político mais amplo ao movimento, a CPT inicia um trabalho de organização na área. Em novembro de 1980, a área é desapropriada e a vitória passa a ser um referencial para os demais sem terra. Neste processo assumem papel fundamental a CPT, os sindicatos combativos e oposições sindicais. Os trabalhadores sem terra passam a se organizar em suas comunidades, a nível de município e de Estado; sendo que em janeiro de 1983 ocorre o primeiro Encontro dos Sem Terra dos Estados do Sul onde definem-se as diretrizes básicas do movimento e as ocupações são apontadas como uma das formas de se lutar pela terra.

A nível de Estado forma-se a comissão regional do movimento que passa a organizá-lo em diversos municípios com vistas à continuidade do processo de luta; em dezembro de 1984, com vistas a realização do Congresso Nacional realiza-se o primeiro Congresso Estadual, que é seguido de manifestações públicas. O

Movimento também entrega listagem de latifúndios improdutivos passíveis de desapropriação para o INCRA, mostrando sua disposição para resolver a questão. Porém adverte que se as desapropriações não vierem, as ocupações serão desencadeadas. Após a realização do Congresso Nacional, o movimento toma vulto especialmente no oeste do Estado.

Todo este processo ganha conformação dentro de uma nova conjuntura; vive-se os primeiros momentos da "Nova República", marcada a nível de agrário pelo lançamento e discussão da proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária¹⁶. A nível de Estado vive-se o processo político de eleição para a prefeitura da capital que cria um quadro favorável para as negociações.

Assim, sabedores das limitações da proposta de reforma agrária do governo, a 25 de maio de 1985, cerca de 2.000 famílias, organizadas pelo MST, numa demonstração de força, organização e disposição de luta, ocupam simultaneamente diversos latifúndios localizados em sete municípios da região oeste do Estado.

5.1.1. As Ocupações

Preparadas há cerca de dois anos e planejada nos mínimos detalhes, as ocupações são uma verdadeira operação militar. Antes de desencadeá-las, o movimento faz uma última tentativa de solução negociada através de audiência com o Ministro da Reforma

(16) O governo apresentou a proposta inicial para elaboração do PNRA por ocasião da abertura do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG, em Brasília - DF.

Agrária onde é entregue listagem com os latifúndios passíveis de desapropriação.

Mas o momento estava marcado pela indefinição e pela timidez do PNRA, o que somava-se ao também indefinido quadro estadual. O movimento decide não mais esperar e passa a organizar as ocupações.

Dois outros fatores definem o momento da ocupação. A transferência do governo para a região oeste do Estado e o cancelamento de centenas de contratos de arrendamentos pelos latifundiários devido os receios com a reforma agrária. A data escolhida coincide com a realização de uma grande festa religiosa (Nossa Senhora do Caravaggio) quando ocorre intensa movimentação de romeiros; assim se fazendo passar por tais, dezenas de caminhões conduzindo famílias de sem terra rumam para as ocupações.

Foi uma grande aventura este deslocamento. Centenas de famílias amontoadas com alguns pertences em cima dos caminhões, sem saber o que lhes esperava pela frente, rumavam à conquista da terra. O fato marcante neste dia aconteceria em Abelardo Luz onde os Sem Terra se depararam com uma ponte onde havia sido ateadado fogo pelos capangas dos latifundiários. Lá foram descer mulheres e crianças com lençóis, panos e galhos e apagar o fogo liberando a passagem dos caminhões.

As ocupações criam uma repercussão política sem precedentes no Estado e as negociações para a solução do problema são iniciadas, o que envolve órgãos governamentais, entidades civis e o movimento.

"Com isso, o MST adotou o caminho de criar fatos políticos que forçassem as desapropriações de terra.

As ocupações de áreas não exploradas economicamente passaram a representar a principal estratégia de luta do movimento e a forma de estabelecer um relacionamento com o Estado" (Cazella, 1992:46).

As primeiras áreas só vem a ser desapropriadas em 05 de setembro (cerca de 03 meses após as ocupações), quando o Presidente assina um decreto desapropriando entre outras, 13.000 hectares de terra em onze áreas no Estado. Mas estas áreas só possibilitavam assentar 1.000 famílias enquanto já existiam cerca de 2.500 famílias acampadas e mais de 140 mil sem terra no Estado. Além disto algumas das áreas desapropriadas ficaram por muito tempo emperradas na justiça devido à contestação dos latifundiários.

Assim, o cenário político da região passa por profundas modificações, e a nível de estrutura agrária conforma-se uma situação impar na história do país; novas formas de conquista da terra e de organização do processo produtivo começam a se multiplicar e influenciar profundamente o rumo do movimento social no campo.

5.1.2. Acampamento: O Locus da Organização

Ao procurarmos entender o papel dos acampamentos e das ocupações na luta pela reforma agrária, é necessário compreendermos o entendimento que o movimento possui. A compreensão da necessária superação do sistema consubstancia-se em táticas e estratégias de organização e luta; de acordo com o momento vai decidindo quais as melhores formas de pressionar o governo a fim de que suas exigências sejam cumpridas. Na

avaliação das formas de luta que mais trouxeram resultados, o movimento tem a clareza que as mais importantes são as ocupações; assim este instrumento tem uma grande importância, sendo compreendido como um processo a ser desencadeado de forma massiva e com muita preparação, o que por si só cria um fato político que exige a ação governamental.

Por outro lado, os acampamentos são compreendidos como um espaço de preparação política dos sem terra. Também isto dá-se enquanto processo-movimento, que vai desde a forma de organizar o acampamento com suas comissões, ao processo de discussão e organização do como dar-se-á a ocupação da área onde ser realizado o assentamento.

Em Santa Catarina esta forma de organização dos acampamentos possibilitou a formação de inúmeros grupos de famílias que, quando transferidos aos assentamentos, optaram por uma forma comunitária de posse da área e/ou organização do trabalho e da produção.

5.1.3. Os Assentamentos

O Plano Regional de Reforma Agrária para Santa Catarina, aprovou como metas, o assentamento de 2.900 famílias para o período de 85/86; 5.800 para 86/87 e 8.700 para o ano de 1988. Porém apenas no primeiro período o cumprimento das metas foi significativo (50,1 %), o que está relacionado com a pressão das ocupações. Apesar de diversas desapropriações o processo é lento, desorganizado e miserável.

5.1.3.1. A Desapropriação das Áreas

Os problemas do processo de assentamento se iniciam pela base. As áreas desapropriadas, em sua grande maioria, são de baixa fertilidade, elevada acidez e topografia acentuada; além disto, muitos processos, elaborados de forma irregular, são barrados na justiça.

5.1.3.2. A Seleção das Famílias

Outro grave problema está relacionado com o processo de seleção das famílias. O INCRA desrespeitou a organização do movimento que propunha o assentamento das famílias respeitando a organização das mesmas nos acampamentos. Ao impor o critério de pontuação, onde as primeiras famílias a serem assentadas são as que tem maior composição de mão-de-obra, desorganiza-se completamente os grupos formados durante o processo de luta, o que impôs um retrocesso a organização dos assentamentos.

Podemos melhor compreender as implicações de tal medida nas palavras de um agricultor:

"...o que aconteceu com isso? Desorganizou toda a organização que nós tinha, porque os critérios apontados eram as famílias mais pontuadas, e as famílias mais pontuadas eram as que tinham famílias, maior número de pessoas. Então quem foi prá lá foi desorganizado e policamento não foi, assim, as lideranças que tinham a capacidade de ajudar mais na organização. E os grupos que ficaram, ficaram todos

passassem a proposta dos grupos organizados, mas daí já tinha sido reestruturado e aí ficou prejudicado, porque não se faz assim de uma hora para outra. É um processo de muita discussão política, econômica, de afinidade familiar, de vizinhança, de raça, cultural. É muito complexo. Agora bota um grupo, vai trabalhar coletivamente, isto é extremamente complexo né? Só quem trabalha sabe" (Bruneto, 1980, Conferência).

Além deste problema, mais dois complicaram a organização dos assentamentos. O primeiro relaciona-se aos posseiros que ocupavam as áreas, ainda segundo Bruneto

"...outro problema grave que acontece é a questão que a Lei prioriza, e não somos nada contra né? É a questão dos posseiros. O que acontece? os posseiros são na grande maioria caboclos ... que tem outra tradição de agricultura. Vivem naquelas fazendas de uma forma extrativista trabalhando um pouco para o fazendeiro cuidando o gado. Não tem uma capacidade de organização, de pensar a coisa politicamente; se organizar econômica, política e social.

Então o que acontece? Esses, nos assentamentos, por terem direito a se beneficiarem com um lote de terra, porque a lei exige e não somos contra, passam a ser um entrave para a organização".

O segundo diz respeito à seleção de agricultores sem terras por lideranças do município, os quais por não terem passado pelo processo de luta e por estarem vinculados a estas lideranças prejudicam mais ainda a organização.

Porém neste processo, quando direcionamos nossa ótica para a viabilidade dos assentamentos, é necessário destacar que a tática das ocupações massivas, implicaram num processo de arregimentação de pessoas com as mais variadas histórias de vida, o que em muito complexibiliza a possibilidade de viabilização.

5.1.3.3. A Transferência das famílias

A colocação deste item em terceiro lugar, em si reflete as características do processo pois, antes mesmo que esteja determinada a capacidade da área, bem como sem a existência de um mínimo de infra-estrutura e condições materiais e físicas para o assentamento, as famílias são transferidas. Na verdade o que ocorre é uma transferência de acampamento para um local definitivo; em muitos casos a situação é pior que nos acampamentos.

5.1.3.4. A Definição da Capacidade da Área

Após desapropriada a área é que se faz um levantamento detalhado das condições técnicas da mesma. Este estudo tem por objetivo determinar, através de levantamento edafo-climático da área, a sua capacidade em termos de número de famílias a serem assentadas, bem como as orientações técnicas para o processo produtivo. Este levantamento não é mais realizado na atualidade.

6. O CONTEÚDO POLÍTICO-ECONÔMICO DAS VERSÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A "METODOLOGIA PNUD":

Nos primeiros capítulos (1º e 2º) analisamos a "Proposta Metodológica PNUD" em seu caráter instrumental e descrevemos sua concepção político-econômica. A esta idealização são contrapostos, nos capítulos 3º, 4º e 5º, a realidade histórica, para a partir de agora trabalhar as interpretações desta realidade, quando teremos nossa interpretação conclusiva.

6.1. A Trajetória do Debate Agrário.

Para analisarmos a concepção político-econômica da Metodologia PNUD, partimos da análise do debate agrário em torno do qual se constitui o que se convencionou chamar de "Questão Agrária Brasileira".

Segundo Xavier (1989), este processo tem como matriz geradora por um lado, o debate que se deu por ocasião da industrialização socialista da União Soviética que avançando na III Internacional ¹⁷, através dos diversos partidos políticos que a compunham ¹⁸; chega ao país pelos partidos e correntes comunistas, socialistas e trotskystas de formação nacional, onde surgem geradas as primeiras publicações nacionais sobre esta temática.

(17) O debate em questão, depois do VI congresso da III Internacional, já sob a conjuntura da derrota da Revolução Chinesa de 1927, ganha segundo Xavier (1989), funções mais definidas para os países capitalistas não industrializados (Xavier, 1989:25).

(18) A III Internacional congregou a totalidade dos partidos comunistas à época, sendo que no decorrer de seus congressos algumas frações foram expulsas, como ocorreu com as frações Trotskystas (Idem)

Por outro lado, o debate gerado no interior da CEPAL - Comissão Econômica Para a América Latina¹⁹ (a qual tem origem nas Nações Unidas)²⁰, a partir da segunda metade da década de 40, e de suas escolas sucessoras, a desenvolvimentista e a campineira; o que se dá através de vários de seus interlocutores.

Neste trabalho, devido ao enfoque assumido, privilegia-se a análise dos caminhos construídos pela Escola Cepalina e suas sucessoras, o que se faz tendo como lente (ou base) a obra de Xavier (já destacada na apresentação).

6.1.1. Concepção Político-Econômica da CEPAL - A Matriz do Debate Agrário.

No que se refere ao caráter político-econômico das concepções da Escola Cepalina e suas sucessoras, tem-se na obra "O Capital Financeiro no Brasil", de Jurandir Antônio Xavier (1989), uma interpretação muito rica. Delimitando seu objeto

" (...) à lógica opositiva do enriquecimento capitalista financeiro na industrialização da economia brasileira e ao não-reconhecimento desta opositividade no pensamento capital-desenvolvimentista" (Xavier, 1989 : s/p).

(19) Para uma descrição mais detalhada da CEPAL ver também "A Economia Política Brasileira". Mantega, Guido, Pólis/Vozes, 1987.

(20) Esta origem da CEPAL é importante ser destacada uma vez que o PNUD é um programa da ONU.

Tem como hipótese, no capítulo que faz a crítica das principais escolas desenvolvimentistas (capítulo 1-Introdução), que surgiram na economia nacional desde o pós-gerra, a seguinte formulação:

" (...) Na reprodução do subdesenvolvimento, está a da riqueza, da apropriação e do enriquecimento capitalistas, portanto, a do próprio capitalismo, não em seu nascimento, industrial, mas em seu ocaso, parasitário, rentista e financeiro" (Idem : 01).

Esta hipótese vai ser trabalhada na perspectiva de que o capital financeiro não gera a produção, sua expansão e a industrialização capitalista, ao contrário, é riqueza formada, rentista e parasitária, desagregativa da propriedade, apropriação e acumulação especificamente capitalistas, sendo, de sua específica superação negativa, empreendida sobre o Estado, que se apresenta, na economia nacional, a industrialização capitalista na qual está a amplificação da produção industrial de mercadorias.

O não reconhecimento do enriquecimento privado levou a que a proposição industrial-desenvolvimentista dessas escolas foi negada no próprio curso do desenvolvimento capitalista, de outro que a crítica dos dependentistas e campineiros, considerados cepalinos tardios, retrocede ao próprio reconhecimento Cepalino do capitalismo na economia nacional, ficando, nessa crítica, os tardios aquém desse reconhecimento.

O autor passa então a ocupar-se da análise da produção da escola campineira. Para isto na aproximação histórica, destaca de um lado, o papel do Partido Comunista do Brasil no debate

agrário ²¹, o qual reconheceu,

"(...) na economia brasileira, não o capitalismo, mas um feudalismo em transição ao capitalismo. Como identificavam, nos latifúndios, o Brasil feudal e, na industrialização, a transição capitalista futura, no decorrer dos debates sobre os rumos da revolução democrático-burguesa, supostamente em curso na sociedade brasileira, alguns foram recuando para discutir o problema agrário, outros, avançando para debater o decurso da industrialização ocorrente²². 'Quatro Séculos de Latifúndio' de Guimarães e 'A Inflação Brasileira' de Rangel exemplificam essa referência" (Idem : 25).

Enquanto isto, na Escola Cepalina e, em seus críticos ortodoxos, não haviam dúvidas sobre a natureza capitalista da economia nacional, porém enquanto os cepalinos propunham um desenvolvimento industrial específico e tinham, como seu público alvo, a tecnocracia estatal, antes da própria burguesia industrial; preconizando a formação de uma elite dirigente do Estado Nacional, tendo, em suas mãos, a condução subjetiva desse movimento, na ausência de uma burguesia em condições de assumir a expansão produtiva do capital.

(21) Com a expulsão dos Trotskystas da III Internacional como citamos na nota 1, e conseqüentemente a fração Trotskysta no interior do PCdoB, este, segundo Xavier vem a exercer posteriormente uma influência decisiva nesse debate (Idem).

(22) Em nossa tese temos por cenário o espaço agrário, por entender que este além de concreto, também avança, não só o debate, mas também, a transformação, talvez mais do que qualquer outro.

Os Ortodoxos, embora sem assumirem, certamente reconheciam o capitalismo desde seus primórdios cafeeiros, uma vez que se lançaram para a apropriação, acumulação e formação de seus patrimônios, para o enriquecimento privado. Na universidade, travavam um interessante debate: se a agricultura reage aos estímulos de mercado, reagiriam aos do Estado, e nesse caso, a aspiração real dos agricultores não seria a terra, mas o capital, não fazendo sentido para eles a concepção feudal. Isto, não porque estivessem interessados em convencer a ortodoxia comunista de então, porém para elevar a parcela da agricultura na participação dos generosos créditos estatais.

Estas duas escolas passaram por uma revisão "desenvolvimentista" dando origem a outras duas escolas: os dependentistas e os frankistas.

(...) Os primeiros, cepalinos tardios, participaram decididamente para legitimar o desenvolvimento capitalista específico da economia nacional, no que não foram, de imediato, seguidos pela velha guarda Cepalina. Reconhecendo, no desenvolvimento capitalista, uma suposta vocação industrial-desenvolvimentista do capital financeiro, os cepalinos promovem essa legitimação posteriormente. Tornam-se em consequência, administradores, tanto da própria desindustrialização, embora apregoando a industrialização, quanto da superexploração, embora apregoando o bem estar.

Já os frankistas opuseram-se tanto aos cepalinos quanto aos neocepalinos, sendo alvo de suas críticas, como também, da ira do obscurantismo militar sob o

qual novamente emergirá preponderante o capital financeiro no desenvolvimento capitalista da economia nacional" (Idem : 26-27).

Ainda segundo Xavier, Frank, recém vindo de Chicago, mas fazendo eco à Revolução Cubana e não à CEPAL havia incomodado a todos os desenvolvimentistas com seu reconhecimento da reprodução do subdesenvolvimento no próprio desenvolvimento capitalista.

É importante destacar que o reconhecimento do subdesenvolvimento-econômico latino-americano pela CEPAL permitiu um período rico de críticas ao desenvolvimento industrial das economias nacionais sendo que, a este desenvolvimento, a CEPAL opõe o próprio desenvolvimento capitalista, porém sob a condução do Estado; assim, o capitalismo foi reconhecido apenas em sua forma, não vindo a ser reconhecido em sua essência.

" Não admitindo, na reprodução do subdesenvolvimento econômico, a natureza do desenvolvimento capitalista, a economia política cepalina não reconhece também, neste desenvolvimento, a acumulação; nela, a apropriação capitalista, na apropriação, a produção capitalista; aí, a de mais-valia, e, na produção de mais-valia, a expropriação social do trabalho"(Xavier, 1989 : 2).

Analisando metodologicamente a construção teórica em questão, Xavier destaca que

" (...) na escola cepalina, se encontra interrompida,

em algum momento, a análise do objeto apreendido formalmente. Essa escola trata mais das proposições industrial-desenvolvimentistas, fundadas na crítica ao específico, do que reconhecimento do desenvolvimento capitalista, fundado em sua natureza.

A análise do que é, fica preterida na justaposição de fenômenos do como foi e do como será. O que é não está criticado ou reconhecido, nem poderia, já que não está colocado enquanto objeto do reconhecimento, sendo "explicado" pelo passado ou "explicando" um futuro. Então, a crítica do como é, não indo para o que é, desloca-se para o fenômeno justaposto, no que, saindo do fenômeno, torna-o rejeitado, transformando-se a crítica do como é, naquilo que não se quer. E o que não se quer é tanto quanto cada escola analítica não queira do desenvolvimento capitalista ou para ele" (Idem : 21).

Em sua hipótese Xavier não aponta uma falsa apreensão do fenômeno, mas sim uma apreensão muito clara pela escola cepalina, inclusive mais que todas as outras escolas. O problema é que, apreendendo-o, rejeitou sua explicação científica, negando assim

"(...) Sua própria admissão, passando a atribuí-lo, não as suas próprias determinações, mas, a externalidades, tornando-se mais utilitarista do que analista dos fenômenos historicamente constituídos.

Nas escolas desenvolvimentistas, o fenômeno não vem na análise, para ser explicado. Ao contrário, ele

serve para "explicar" um passado ou um futuro que se idealiza em um modelo qualquer. Os fenômenos não são explicados, mas correlacionados uns aos outros, sendo, na verdade, utilizados para ilustrar esses modelos, no que sai a realidade para entrar, enquanto objeto do reconhecimento, o próprio modelo idealizado. Mais que economia política, fez-se e continua a se fazer, no Brasil, política econômica. E, não sob a aspiração do conhecimento científico, pois não é esse o objetivo, mas, sob a aspiração ao poder político, à administração econômica dos negócios estatais ou ao enriquecimento privado, daí a identidade de métodos"(Idem : 23).

É fundamental destacar que ao propor, em oposição ao subdesenvolvimento, a ação planejado do Estado, está pressuposta a propriedade privada no centro da oposição ao desenvolvimento capitalista e desta maneira uma superação específica da mesma.

O papel do Estado é assim descrito pelos cepalinos, segundo interpretação de Xavier:

"Por sua livre determinação, a imensa riqueza capitalista, privadamente apropriada à época precedente, não caminhava para a produção capitalista de mercadorias nem em particular, sob a iniciativa privada, para a produção industrial. E, se não lançavam seus capitais, já acumulados, à produção de mercadorias, fazendeiros, comerciantes, importadores e exportadores, nem banqueiros, nacionais e internacionais, restava ao Estado Nacional, por

último, superando especificamente o capital financeiro nacional e internacional, financiar a iniciativa privada, para fazê-lo, ou lançar-se diretamente à industrialização capitalista da economia subdesenvolvida, ou ainda adotar ambos os procedimentos" (Idem : 3).

Assim, admitindo-se a propriedade privada apenas como obstáculo ou barreira à reprodução do capital, propôs-se apenas sua superação formal na forma de propriedade capitalista-estatal; isto se dá pautado em Keynes que

"admitindo a opositividade da propriedade privada à reprodução capitalista, legitimou, na teoria, aquilo que os Estados nacionais desde há muito já realizavam, a específica superação da propriedade privada, ali, onde ela estivesse, se mostrando antagonizada com a reprodução capitalista, embora pairasse ainda, nos manuais da, por ele denominada, economia clássica, a ilusão de uma identidade determinística, na reprodução capitalista, entre a produção social da riqueza capitalista e a apropriação privada" (Idem : 5).

6.1.2. A Escola Campineira e o Debate Agrário

Os marcos capital-desenvolvimentistas estabelecidos pela CEPAL, que influenciaram de forma profunda a Economia Política Brasileira, tendo como vertente principal a produção e o debate que se ocuparam dos rumos da industrialização; fizeram escola também com outra vertente a "Ruralista" que construiu o "debate"

em torno do que se convencionou chamar de "A Questão Agrária Brasileira". Neste debate destaca-se a escola Campineira (UNICAMP), como palco de uma particular interpretação deste processo.

A escola campineira tem em suas primeiras formulações uma compreensão de um Brasil feudal, esta compreensão, em revisão posterior é "superada" quando passam a

"(...) reconhecer formalmente o capitalismo, desfazendo-se de suas antigas caracterizações de um Brasil feudal, também formalmente. No Brasil feudal de antes, identificam uma transição capitalista e, no de hoje, um capitalismo específico e, nessa transição, uma específica industrialização que o impõe" (Xavier, 1989 : 28).

Desta forma, e à semelhança dos dependentistas, possuem uma compreensão do passado que se fez presente nos trabalhos mais recentes, um ajuste com o passado feudal que historicamente não foi o do país.

Mas, enquanto a escola Cepalina admitia, apesar de que, apenas formalmente, na produção capitalista, a origem da riqueza capitalista; a escola campineira negou o capitalismo na não-industrialização capitalista da economia nacional, ou na inexistência de um setor de bens de produção.

"(...) Na escola Cepalina está pressuposto o capitalismo no subdesenvolvimento, considerado como um desenvolvimento capitalista específico, ademais, encerrando a polaridade do enriquecimento privado no

empobrecimento social, por exemplo, na concentração de renda.

No entanto, na escola campineira o que está admitido é um capitalismo, por eles denominado mercantil, no desenvolvimento de um outro capitalismo por eles denominado, tardio; na verdade, ela traz para o centro da análise capitalismo redefinido e relega, desse modo, o próprio capitalismo da economia nacional" (Idem : 31).

E sendo assim,

"A economia política campineira não reconhece, na combinação dos múltiplos capitais acumulados, o capital financeiro, mas, apenas, o suposto mercantil pré-capitalista. Empréstimo ao capital financeiro uma forma (produtiva), sob a qual estão presumidas funções que, nele, inexistem (rentista ou parasitária). Empréstimo-lhe uma origem (especulação ou circulação), quando nela está seu destino. Empréstimo-lhe um destino (produção), quando nele está sua origem. (...) A escola campineira não reconhece muito menos, na estatização da reprodução, a específica superação do capital financeiro no próprio desenvolvimento, não reconhecendo, por fim, na reprivatização da reprodução capitalista, a amplificação da superexploração da população expropriada" (Idem : 6-7).

E assim, a escola campineira refugia-se de um lado na

proclamação da vocação industrial-desenvolvimentista do capital e das classes enriquecidas; de outro na deturpação de categorias analíticas, vendo na riqueza capitalista, um caráter produtivo;

"(...) portanto, a expropriação, a exploração e a superexploração da força de trabalho, sempre legítimas se antes, na constituição deste capitalismo, muito mais agora, em sua sustentação. Afinal, não conseguem ver, no próprio capitalismo, a possibilidade historicamente determinado de sua superação positiva; nem poderiam, pois, não o vêem, vendo, nele apenas sua própria idealização" (Idem : 38).

É desta forma, tanto cepalinos como campineiros e as demais escolas desenvolvimentistas, tem como equívoco central e comum:

"retirar do capital, do enriquecimento e da acumulação a determinação do desenvolvimento capitalista, passando a atribuir-lhes, não a dinâmica do enriquecimento capitalista no empobrecimento social, mas motivos, funções e finalidades sociais que só as próprias escolas percebem" (Idem : 43).

No que se refere ao debate agrário, a escola campineira tem como um de seus principais interlocutores José Graziano da Silva, com quem Xavier tem um intenso debate através de seus textos que tratam da problemática agrária.

A reconstituição dos pontos chaves desta discussão é de fundamental importância pois, o debate de Xavier se dá com uma matriz teórica que irá se identificar com a construída em torno da Metodologia PNUD.

É importante destacar inicialmente que Xavier (1985), considera a existência no Brasil de duas tradições, uma a tradição histórica da grande propriedade na agricultura, em suas múltiplas formas (colonial, latifundiária, capitalista, etc.), combinada com dificuldades de parcelarização das terras; e outra tradição associada a esta que é a de

" (...) combinar as aspirações à terra, às liberdades e a justiça social no campo a defesa, sustentação e, por que não?, com a busca de estratégias de desenvolvimento e manutenção da 'pequena produção' ou pequena propriedade privada no campo. Desta forma, a pequena propriedade esteve quase sempre tratada como uma 'caixa preta', onde se procurou mostrar mais os caminhos de sua expropriação no âmbito da economia em geral, que as trajetórias de suas transformações internas" (Idem : 02).

Desta forma, a semelhança da industrialização, a agricultura, vem sendo analisada no circuito de valorização e reprodução do capital, sem que se tome a própria agricultura como um campo de produção e valorização do capital.

Ainda segundo Xavier, a época mais recente estes estudos priorizam a análise sobre as formas de subordinação e expropriação a que estaria submetidos segmentos da produção agropecuária, em detrimento das análises sobre as relações sociais e as diferenciações de classes imperantes na própria produção agropecuária.

O debate tem dois momentos históricos, no passado, a época da industrialização, que nasce "tardiamente" e se expande sob os

"sustentáculos do Estado", aí, a

"(...) produção agropecuária era considerada insuficiente na sustentação dos ritmos da acumulação e reprodução do capital-industrial, sob o ângulo de suas múltiplas ou parciais funções. Ritmos e funções caracterizariam as diversas correntes interpretativas desta insuficiência. E, se para uma das vertentes, estas insuficiências estariam assentadas nas características desiguais da distribuição da propriedade fundiária e nas relações de produção não capitalistas aí existentes, esta não diferenciava-se das demais em conteúdo político estratégico, levar o capitalismo ao campo" (Xavier, 1983 : 03).

Assim, as correntes interpretativas da época diferenciavam-se pelos caminhos propostos; enquanto algumas propunham a redistribuição da propriedade privada da terra, outras propunham mecanismos de incentivos a mercantilização, como por exemplo preços.

Mas, no processo de intervenção estatal na economia, que Xavier denomina de superação negativa, uma vez que o Estado supera formalmente o capital financeiro, em sua política desenvolvimentista, dá-se razão a todas as correntes em maior ou menor dimensão utilizando-se do conjunto das sugestões "táticas", o Estado levou o capitalismo ao campo, e consolida assim, o que muitos continuavam procurando.

O segundo momento do debate se dá quando a industrialização já está consolidada e a agricultura capitalizada; são os tempos recentes porém, o debate novamente converge

"(...) para onde não deixou de sair: viabilizar o capitalismo no campo. Agora, combinada com arrebatos democráticos, dado a característica ainda concentrada da propriedade fundiária, a elevação das desigualdades na redistribuição do excedente econômico-social, originado na produção agrícola e, principalmente a expropriação deste, nas condições a que estaria submetida a reprodução nas pequenas propriedades rurais, subordinadas a capitais "estranhos" à agricultura (agroindústrias, cooperativas, indústrias de insumo, implementos mecânicos, etc.)" (Idem: - 04).

Esta interpretação de Xavier ocorrida em 1983, é extremamente atual, principalmente no que se refere a análise da concepção política-econômica da Metodologia PNUD, uma vez que, as concepções criticadas por Xavier, tem, uma identidade teórica com aquela.

Conforma-se assim no debate agrário, uma nova "Questão Agrária" onde:

"(...) Camponeses ou pequenos produtores, identificados na produção agropecuária das propriedades rurais variando até 100 ha, teriam adquirido a atribuição histórica de conduzirem, se não a redistribuição igualitária da terra, pelo menos a retenção dos seus excedentes expropriados. E isto nos marcos de um capitalismo dependente, subdesenvolvido e endividado interna e externamente. A fé não os abandona, ainda que o faça o capital" (Idem : 04).

Assim, a versão da "Questão Agrária" e de seu remédio a "Reforma Agrária" analisadas por Xavier, assumem a característica da "redistribuição da renda".

No fundamental, as análises desenvolvimentistas do passado e do presente tem em comum não trazer para a análise o caráter privado da propriedade dos meios de produção, da terra em particular, no que a concepção política-econômica da "Metodologia PNUD" dá continuidade.

Em Xavier (1983) destaca-se ainda que

" Ao ser recolocada uma questão agrária em torno da redistribuição da terra, ampliação da propriedade privada da terra nas chamadas pequenas propriedades e da redistribuição " igualitária" dos excedentes entre os proprietários de meios de produção, não se esta negando apenas os altos índices de assalariamento na produção agropecuária, inclusive nas "pequenas propriedades": nega-se a dimensão objetiva da socialização dos meios de produção para o desenvolvimento histórico-social, reafirmando-se, no entanto, o caráter predatório e anti-social da propriedade privada dos meios de produção" (Idem : 04).

Para Xavier esta é a "Função Ausente" das interpretações funcionalistas da agricultura, que assim permitem de um lado

" (...) o discurso democrático da justiça social e, por outro lado, deixando intocável a essência da ordem institucional, o caráter privado da propriedade dos

meios de produção - e assim - a agricultura deste país tem sido o celeiro empírico e referencial analítico para estratégias alternativas - ao desenvolvimento econômico do modo de produção imperante" (Idem : 05).

Para concluir este item é importante destacar mais uma citação da obra "A Função Ausente da Agricultura no Desenvolvimento Econômico" de Xavier:

" Que a produção agropecuária encontra-se submetida à lógica de valorização do capital em geral não se crê que ainda possam restar dúvidas. Restam-se muitas, no entanto, se a caracterização dos caminhos contraditórios da integração da produção agropecuária, nos ciclos de valorização e reprodução do capital financeiro-industrial, conduziria a crítica social ao modo de produção imperante, mais além do âmbito 'desleal' ('injusto') da concorrência capitalista" (Idem : 02).

7. PROPRIEDADE VERSUS CONDIÇÕES DE TRABALHO: REGRESSÃO E SUPERAÇÃO

Da análise que viemos empreendendo faz-se necessário destacar algumas questões. A primeira refere-se às análises em torno da "Questão Agrária" onde tem-se, na vertente teórica analisada - a qual vinculamos também a concepção político-econômica da "Metodologia PNUD" - uma concepção que sustenta-se nos limites do capitalismo.

O fundamental a destacar é que a reprodução social de uma categoria de trabalhadores rurais - os sem terra -, é entendida como se dando em condições limitadas (na verdade exterminativas social e humanamente). Se a doença é a falta de condições de trabalho (um sintoma da real doença, o capitalismo); o remédio proposto (na verdade um analgésico) é a reforma agrária, enquanto parcelarização da propriedade fundiária em pequenas propriedades. Nega-se assim as condições objetivas da sustentação deste quadro - a propriedade privada; no reconhecimento do capitalismo não está sua análise, não vendo-se assim a propriedade privada no centro das oposições ao desenvolvimento social.

É importante retomar aqui novamente, as linhas gerais deste debate em sua origem - a questão agrária "clássica", que surge no século passado na Europa; aí estava também em questão a propriedade privada da terra. A esta época a terra não era objeto de transação comercial, diferentemente do ocorrido no Brasil à época deste debate, uma vez que aqui a terra já esteve constituída enquanto mercadoria desde a Lei de Terras de 1851, mais de cem anos antes (ver capítulo 3 desta tese).

Assim, no debate clássico, esteve em questão a constituição da propriedade, o que era defendido pelos franceses - que tinham a dianteira dos debates; estes propunham a geração de títulos de propriedade, de tal forma que pudessem ser negociados e desta forma as pessoas tivessem a propriedade definitiva da terra. Os franceses empunhavam assim a constituição da propriedade capitalista da terra.

Neste debate os socialistas, em especial Engels, se opuseram, de tal forma que

"jamais entraria no programa socialista esta bandeira - de constituir, transformar a terra em objeto de transação, ao contrário eles chamavam a estatização, a socialização do solo"(Cf. Xavier: 1990, Considerações na Defesa do Projeto de Tese).

Na contramão desta visão, no Brasil, a proposta da reforma agrária, num contexto em que a propriedade já estava constituída, traz a reivindicação desta para resolver entre outros, o problema das condições de trabalho - categoria que passamos a destacar em nosso trabalho -; fixa-se assim num problema de redistribuição de uma forma de propriedade já historicamente constituída, a capitalista; ou seja, reivindica-se sua reconstituição agora em múltiplas propriedades.

Desta forma

"(...) No Brasil, a 'questão agrária' foi uma construção falseada da 'clássica' cujo objeto, superação da natureza privada da propriedade na socialização, se converte em regressão da

latifundiária, na capitalista parcelarizada. Portanto, a 'questão agrária', no Brasil, coloca-se aquém do próprio desenvolvimento capitalista chamando a regredir em capital-desenvolvimentistas idealizados, não apenas as tarefas proletário-socialistas, mas também, as relações capitalistas de propriedade historicamente desenvolvidas (e superadas negativamente) as quais, aqui, se deram a conhecer, tanto na grande produção agro-capitalista, então, na agro-estatal-capitalista (formada sob créditos estatais gratuitos, portanto, superação negativa da agro-capitalista), quanto na industrial-estatizada (combinando os créditos estatais grátis com a estatização direta do capital-industrial em operação produtiva)" (Xavier, 1984:01).

Ou seja, este processo, ocorrido no país sob o comando do Estado e de seus técnicos ortodoxos, que dirigiam os mecanismos estatais de geração de políticas públicas, num contínuo processo de refinamento da política neoliberal, no extermínio social, tem na indústria sua expressão mais ampla; através de seus mecanismos econômicos, o Estado reconstitui o capital em sua função produtiva superando negativamente a propriedade financeira na estatal-capitalista.

Assim, na indústria tem-se um ciclo de expansão capitalista que gera nova riqueza, que novamente é regredida em riqueza rentista e parasitária, agora num estágio superior de desagregação estatal (veja-se o processo de reprivatização do capital estatal na era Collor) e exploração social.

Por outro lado, na agricultura, se de um lado reconstituiu-se o capital em sua função produtiva através de créditos, subsídios e preços, tendo-se por base o pacote tecnológico da "Revolução Verde", de outro tem-se a reconstituição da propriedade, o que se dá num primeiro momento através da ocupação das fronteiras, através da parcelarização da propriedade estatal (de forma predominante) nos processos de colonização, e num segundo, como resultado das lutas pela terra, num específico processo de superação da propriedade privada nas ocupações.

Uma segunda questão diz respeito à pequena produção onde, o fio condutor das análises aqui discutidas, tem a compreensão de um vínculo desta ao capitalismo, quando, da riqueza que gera apropria-se apenas parcialmente, sendo o restante expropriado no circuito da comercialização.

Nestas análises, o reconhecimento do capitalismo é também desviado de sua plena descoberta; ao invés de se buscar trazer para a análise os fundamentos desta relação, a propriedade privada e o próprio capitalismo, foge-se para externalidades, onde se vê apenas as relações desiguais que a pequena produção tem com o sistema e discute-se então como ela poderia apropriar-se de uma parcela maior da riqueza produzida e desta forma poder "subsistir no sistema em condições mais favoráveis".

Esta concepção é presente de forma particular na produção em torno da "Metodologia PNUD", onde está reconhecido o capitalismo, porém, através de um vínculo desvantajoso entre pequena produção e capitalismo; e assim não se toma novamente a própria produção agrícola como um campo próprio das relações capitalistas.

Porém esta concepção, neste aspecto, dá um passo adiante ao reconhecer a possibilidade de capitalização da pequena produção, o que se daria através do caráter empresarial associativo a ser desenvolvido, no que, conformê Xavier (1983) os desenvolvimentistas, em especial os campineiros, na figura de Graziano, não reconhecem; porém, este passo adiante se dá em direção ao capitalismo e não de sua crítica, de sua superação.

Assim, este rumo das análises desenvolvimentistas e neoliberais, buscam não apenas dar sustentação à pequena produção no capitalismo, o que não conseguem, mas também sustentam o próprio capitalismo, o que conseguem.

O fundamental portanto, é trazer para a análise a propriedade e como, ela sendo limite, barreira às condições de trabalho, foi ela reivindicada, é reivindicada.

A ampliação das condições de trabalho dá-se pela ampliação do capital na função produtiva, o que é limitado no capitalismo aos movimentos de superação formal da propriedade que tem como limite a estatização da propriedade, quando regride à função de capital financeiro. A outra forma de se ampliar as condições de trabalho é superar as condições que as limitam em sua essência, ou seja, a propriedade privada; porém agora sua superação positiva na socialização, quando então a riqueza que, produzida socialmente, será também apropriada socialmente, fundamentada não mais na propriedade mas no trabalho.

Assim,

"(...) para que o proletariado tenha o 'direito' ao resultado de sua produção, não basta que se tenha rompido o monopólio da propriedade ou 'incidido' sobre o 'parasitismo' das grandes propriedades. É necessário

que se elimine o caráter privado da propriedade dos meios de produção, e da terra em particular.

Sem que sejam eliminados os fundamentos da expropriação da classe proletária na produção social e da apropriação privada do excedente econômico gerado por esta, de fato a reforma agrária é mais que 'uma reivindicação do desenvolvimento capitalista' (Graziano), não passando, no entanto, um milímetro sequer de 'um questionamento da forma que assumiu esse desenvolvimento'"(Xavier, 1983:60-61).

Segundo Xavier (1990), há um vício²³ na história das idéias da transformação social que é colocar a luta presente na perspectiva futura do socialismo, retirá-la do interesse, do seu presente imediato, do seu significado anti-capitalista. Construir o socialismo pressupõe a superação da propriedade privada, uma socialização da propriedade privada, um certo planejamento da produção e sobretudo pressupõe a apropriação também social da riqueza (Considerações na Defesa do Projeto de Tese).

A luta portanto deve ser anti-capitalista, uma luta voltada para a crítica, para a superação da forma capitalista de propriedade; é neste campo que ficamos, o como transformar estas tarefas específicas em tarefas históricas é um outro problema, que deve receber outro tratamento; e o que deste processo advirá é "devir".

(23) Este vício esteve presente quando da elaboração do projeto de tese, uma vez que, o objeto oscilava em torno da coletivização, que pressupõe estar resolvida a questão da propriedade; ocasião da crítica acima referida e, buscado ser superado neste trabalho.

Se as idéias de transformação social tem este vício, as idéias desenvolvimentistas que construíram e constróem o debate em torno da "Questão Agrária" foram segundo Xavier (1984) como um peso morto na história das idéias da transformação social do Brasil que, sob tal peso, não avançou, se não, à cada ensaio de libertação, era regredida ao terreno do debate (feudal, semi-feudal ou não-capitalista) capital-desenvolvimentista dos rurais(:8).

E assim, as idéias de transformação socialistas não avançaram, tornando-se prisioneiras do caldeirão desenvolvimentista.

7.1. Movimentos de Superação e Regressão

Os assentamentos nesta perspectiva são na verdade uma superação formal da propriedade em dois níveis: o primeiro refere-se à forma pela qual os trabalhadores criam novas condições de trabalho, ou seja, sendo a propriedade obstáculo às condições de trabalho, como os agricultores sem terra, sem tê-las geram estas condições? Para isto faz-se necessário superar este problema, tem-se que ter terra, instrumentos, capital, para então poder comprar, para poder reproduzir-se. Isto se dá ou via mercados de terras - compra e venda -, ou então utilizando-se outros métodos que superam a barreira historicamente colocada pelo capitalismo que é ter a propriedade.

Assim, o pressuposto básico é ter a propriedade, não a tendo não se tem o outro pressuposto que é a aquisição dela via mercado, que é ter dinheiro. É aí que ocorre a alternativa da ocupação. Neste momento está se impondo uma solução, uma resposta, e isto é superação; supera-se pela luta, pela ocupação

a barreira de ser proprietário de terras. Porém, dá-se tão somente a superação deste obstáculo. Aquele obstáculo pelo qual não tendo propriedade, não se tem acesso à sua reprodução social. Não tem condições de produzir riqueza.

No segundo nível, esta superação é consolidada legalmente através de ato governamental de desapropriação consubstanciando-se assim a propriedade estatal, uma vez que é o Estado que, superando especificamente a propriedade privada, torna-se o proprietário das áreas desapropriadas.

Este processo como um todo é uma superação formal pois, as relações sociais continuam derivadas da propriedade; a apropriação continua sendo privada, mantendo-se assim a natureza privada capitalista da propriedade; ela ainda não passou a derivar do trabalho. Quando se passar a produzir e redistribuir o produto do trabalho a partir das horas de trabalho que cada um tiver, aí passa-se a ter apropriação derivada do trabalho; é quando consubstancia-se a "negação da negação"; enquanto na constituição do capitalismo a propriedade da riqueza é negada a quem a produz, agora a propriedade é negada a quem a tem, e sendo direito de quem a produz com seu trabalho; o que é muito diferente do ser dono do produto porque se é proprietário das condições de trabalho.

Ou seja, rompendo-se as relações de propriedade, rompem-se as relações de apropriação do produto, ou da distribuição da renda; o critério já não será o da propriedade, já não se dará por que se é, ou se deixa de ser, dono da terra; mas sim, em função das horas de trabalho, do tempo de serviço, da necessidade, do número de filhos; ou seja, por critérios que não derivam do ser ou não ser proprietário.

Estas formas de propriedade advindas da superação formal, são denominadas por Xavier de formas de transição, uma vez que estão em conflito com sua essência, pois a natureza das relações sociais continuam privadas, assim, em algum momento haverá a regressão.

Se num primeiro passo (ocupação/desapropriação) avança-se na socialização/estatização da propriedade, tem-se depois a regressão na reprivatização. Assim, está presente a superação e a conservação. Na conservação, a proposta de que, nos marcos capitalistas tem-se uma forma transitória, instável de propriedade, como é a propriedade estatal, como é a propriedade coletiva; como na apropriação depois, todas as disputas vão ser privadas, vão ser monetarizadas, uma vez que os mercados são privados, o critério vai se derivar da propriedade, é uma forma que vai regredir, vai fazer a discórdia, vai entrar em desagregação e decadência. As relações de trabalho, as relações sociais que foram geradas nestas circunstâncias vão regredir pois, a questão da propriedade não está resolvida, se não transitoriamente numa forma estatal, coletiva, cooperativa, etc.

Este processo de superação formal no que se refere à reconstituição das condições de trabalho via ocupação e desapropriação que conformam os assentamentos de trabalhadores rurais, tem a perspectiva real da regressão uma vez que, com a realização da titulação das parcelas tem-se a reprivatização da propriedade e assim completa-se o processo de superação-regressão; processo este que não é visto pela "Metodologia PNUD".

Porém, paralelamente a este processo, criam-se novas formas de relações sociais consubstanciadas em formas específicas de propriedade e relações de produção que passam a constituir as

formas de cooperação que, se de um lado vinculam-se às análises desenvolvidas em torno da questão da pequena produção e em especial à tipificação desenvolvida na "Metodologia PNUD" (ver item 2.1.), por outro, trazem na categoria trabalho o fundamento destas relações, o que aponta, juntamente com formas socializadas da propriedade, para novos movimentos de superação.

As formas tipificadas na "Metodologia PNUD" - Unidade Econômica de Prestação de Serviços, Unidade Econômica Mista e Unidade Econômica Coletiva, a nível de Santa Catarina são todas idealizadas quando se referem aos assentamentos enquanto unidade - como propõe a "Metodologia PNUD"; porém reais, em relação aos grupos de cooperação no âmbito destes ou fora destes (grupos de cooperação agrícola de pequenos produtores não assentados).

Ou seja, a "Metodologia PNUD", em sua concepção político-econômica idealiza modelos de desenvolvimento para os assentamentos fundamentadas também, na idealização, num modelo ideal de desenvolvimento onde, o progresso técnico, a mudança tecnológica, através da educação, da formação, da ciência, da tecnologia (ver Instrumental Pedagógico e Proposta Técnica no capítulo 1), levariam se não a uma homogeneização social da apropriação, "uma relação mais favorável no capitalismo".

O capitalismo assim, analisado em suas externalidades, é visto como progresso técnico, e o segredo passa a ser encontrar mecanismos de difusão do progresso técnico, para o qual a chave é o instrumental pedagógico e a senha é o empresariamento associativo.

Assim, além dos equívocos teóricos na compreensão da pequena produção, do não reconhecimento da propriedade privada no centro das oposições ao desenvolvimento social, a imperiosa necessidade de se vestir os assentamentos enquanto uma unidade

econômica, para referendar a necessidade do empresariamento associativo da pequena produção, impõe barreiras, na maioria das vezes intransponíveis à metodologia, e desta forma prejudica um excelente instrumental metodológico de se trabalhar os assentamentos, bem como os grupos de cooperação agrícola numa perspectiva que, além da viabilidade econômica destes, aponte para a transformação social. Porém, tem-se na ênfase dada à categoria trabalho, como fundamentando as relações de apropriação da riqueza produzida, um espaço de avanço, o que só será efetivo quando se trazer para análise a opositividade da propriedade privada e aí a necessária superação desta na socialização.

Outro aspecto desta concepção político-econômica da metodologia, que se consubstancia na proposta de tornar os assentamentos "Unidades Econômicas", é o total desconhecimento da enorme diversidade social, cultural, e econômica das famílias que os compõem, como destacamos no capítulo que trata da constituição dos sem terra em movimento (capítulo 5).

Se durante os cursos de elaboração de projetos esta diversidade é "superada" por uma "unidade de interesses", em torno do necessário desenvolvimento sócio-econômico das famílias, uma vez que a precariedade é enorme, a diversidade torna a aparecer logo que os dois meses de curso findam.

CONCLUINDO

Assim, enquanto a produção teórica e a política econômica construída e posta em prática pelos desenvolvimentistas e neoliberais, não vê no capitalismo o enriquecimento privado às custas do empobrecimento social, onde o proprietário da riqueza

gerada não é o trabalhador, o produtor direto, mas sim o capitalista; fazendo com que os ricos se tornem cada vez mais ricos e os pobres, cada vez mais pobres, num trágico e bárbaro processo de extermínio social, ou seja, não vendo o capitalismo como um processo de acumulação e enriquecimento privado; vendo nele, o progresso técnico e neste a função de homogeneização social das classes através de relações de apropriação mais homogêneas. Neste trabalho, nega-se a mudança técnica e a propriedade com variável de relações de apropriação mais homogêneas ou de redistribuição de renda e assim a homogeneização social. Aponta-se nestes as variáveis da concentração, da apropriação privada da riqueza produzida socialmente, ocorrendo às custas da superexploração dos produtores diretos desta riqueza, cotidianizando a barbárie capitalista, configurada de um lado, na corrupção capitalista no processo de distribuição desta riqueza, e de outro no empobrecimento social exterminativo da população trabalhadora deste país.

Assim, o que leva à mudança eqüitativa é a mudança social, a mudança nas relações de apropriação, de distribuição. Isto se dá, superando-se positivamente o capitalismo via socialização da propriedade.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. De camponenses a agricultores: Paradigmas do capitalismo agrário em questão. [Doutorado], IFCH/Unicamp, (mimeo.), Campinas, Tese de Doutorado, 1991.
- ANDRADE, M. et alii. Coletivização: Uma proposta para os camponeses. Primeiras indagações acerca das ações do Estado na fixação e organização de famílias de trabalhadores rurais para fins de reforma agrária. São Paulo, (mimeo.), 1989.
- AURAS, Marli. Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis, UFSC, 1984.
- BERGAMASCO, Sonia et alii. Assentamento em balanço: a roda viva de seu passado/presente. ANPOCS, (mimeo.), 1989.
- CALDART, Roseli Salete. Sem Terra Com Poesia. Petrópolis, Vozes, 1987, 167 p.
- CALDEIRA, Clóvis. Mutirão: Formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1986.
- CAMPOS, Índio. Os colonos do rio Uruguai: Relações entre pequena produção e a agroindústria no oeste catarinense. [Tese de Mestrado em Economia], UFPB, Campina Grande, 1987.
- CANDIDO, Antônio. "Os tipos de povoamento" e "As formas de Solidariedade". In: Os parceiros do Rio Bonito. 3 ed., 1975.
- CASTRO, Guilherme W., GONI, Arturo J. Guia metodológico para elaboração de projetos em áreas de assentamento. Recife, INCRA/PNUD, 1990. 127 p.
- CAZELLA, Ademir. Cooperação agrícola: uma proposta para a organização dos assentamentos. [Tese de Mestrado]. Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ, 1992.
- CENTRO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E SINDICAIS - CEAS. Os Assentamentos Fundiários no Oeste Catarinense, Caçador/SC, 1989.
- CORADINI, Odacir Luiz. Agricultura, cooperativas e multinacionais. São Paulo, Vozes, 1987.
- D'INCAO, M. C. "A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária". In: Lua Nova, nº 23, São Paulo, Marco Zero, 1991.

ECKERT, Córdula. O movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ, [Tese de Mestrado], 1983.

ELI DA VEIGA, José. A reforma agrária que virou suco: uma introdução ao dilema agrário do Brasil. Petrópolis, Vozes, 1990.

ESTERCI, Neide (org.). Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da "Igreja Popular" no Brasil. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984, pp.34-64.

FERREIRA, Ângela. Movimentos sociais rurais no Paraná. In: Movimentos Sociais no Campo - Curitiba, Criar Edições, 1987, 99. 09-50.

FRANCO, Mariana C. P. "Assentamento: disputa e negociação conformando a 'organização'". In: Xagu: de sem terra a assentado (um estudo sobre a construção de identidades sociais no campo). Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, [Tese de Mestrado], 1992, pp.153-215.

GOMES, Jesus H. Tinoco. A pequena produção e os programas de desenvolvimento. (mimeo.), Salvador, 1992, 18 pp.

. A participação no processo de gestão: reflexões sobre a prática. Recife, UFRPE, 1993, 40 pp.

GOMES, Orlando. De la finca individual a la cooperativa agropecuária. ANAP, Editora Política/La Habana, 1983.

KLEBA, John. A cooperação agrícola nos assentamentos de reforma agrária do estado de Santa Catarina: Estudo de caso de um grupo coletivo do assentamento "Tracutinga"- Dionísio Cerqueira. Florianópolis, PPGSP/UFSC, [Tese de Mestrado], 1992.

LISBOA, Teresa Kleba. A luta dos sem terra no oeste catarinense. Florianópolis, UFSC, 1988.

MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. Petrópolis, Vozes, 1987.

MARTINE, George. "A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?". In: Lua Nova, nº 23, São Paulo, Marco Zero, 1991.

MARX, Karl. O Capital. Liv. 3, Vol. VI. São Paulo, Difel, 1985.

. Cooperação. In: O Capital, Cap. XI, Liv. 1, Vol. I, São Paulo, Difel, 1985.

- MENDEZ, Maria Julia e Tinoco. Jesus Enrique. Guia para gestão em Áreas Reformadas, Programa de Capacitação Técnica INCRA/PNCD/SUDENE Recife, 1990, pp.166.
- MOGUEL, Julio. Notas sobre o problema camponês. Luta econômica e luta política. In: Cadernos Agrários nº 3, México, Revista da UNAM, 1976.
- MONTEIRO, D. T. Os errantes do novo século. São Paulo, Duas Cidades, 1974.
- MORAIS, Clodomir S. Elementos sobre a teoria da organização. São Paulo, MST, 1986.
- MOVIMENTO DOS SEM TERRA. Construindo o caminho. São Paulo, 1986, 224 p.
- NOVAES, Regina. "Mutirões: cooperativas e roças comunitárias". In: ESTERCI, Neide. Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984, pp. 64-98.
- PROJETO DE ASSENTAMENTO. Comissão Interinstitucional. Florianópolis, 1989.
- REBESCHINI, Paulo Roberto. Transformações e situação atual da estrutura agrária. Sec. da Agricultura, 1987. 30 p.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.). Introdução. In: Revoluções camponesas na América Latina. Campinas, ICONE/UNICAMP, 1985.
- _____. Colonos do vinho. 2 ed. São Paulo, HUCITEC, 1984.
- SILVA, C. A. F. e WAITUCH, J. M. Oeste Catarinense: população e mão-de-obra rural. Florianópolis, Instituto CEPA - SC, 1991.
- SILVA, C. A. F. e BOTTAN, A. Estrutura agrária: evolução em Santa Catarina - 1960-1980. Florianópolis, Instituto CEPA - SC, 1984.
- SILVA, José Graziano da. "O 'pnarex', aquele que parece PNRA, mas não é". In: Reforma Agrária. Ago/Dez. Revista da ABRA, 1985.
- _____. "Mas qual Reforma Agrária?". In: Reforma Agrária. Abr/Jul. Revista da ABRA, 1987.
- SILVA, José Graziano da. et alii. "Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro". In: Revista de Economia Política. vol. 3, nº 4, São Paulo, 1983.

- TSE TUNG, Mao. Sobre o problema das cooperativas agrícolas. Lisboa, Caderno Ulmeiro, nº 5, 1955- 1975.
- VIANNA, Aurélio. Organização social e ação política do campesinato: o caso da "invasão" da Fazenda Annoni. Comunicação nº 15, Museu Nacional, UFRJ, 1989.
- XAVIER, Jurandir Antônio. O capital financeiro no Brasil. [Tese de Doutorado], 1989.
- _____. A função ausente da agricultura no desenvolvimento econômico. Campina Grande, Cadernos de Economia, 1983.
- _____. A questão agrária. Campina Grande, Cadernos de Economia, 1984.
- _____. Desenvolvimento versus regressão. Campina Grande, [s.n.], 1992.
- _____. A contemporaneidade da questão regional. Campina Grande, Ed. Universitária, 1992.
- _____. Marx: da história à estante? Revista Ariús, Campina Grande, Vol. 3, nº 2, 1990/1992, pp.27-32.
- _____. O assalariamento temporário dos não temporários. Campina Grande, Cadernos de Economia, 1983.
- XAVIER, Jurandir A., CAMPANÁRIO, Helena. Novo padrão de diferenciação de classes (...) na produção agrícola (...). Campina Grande, Cadernos de Economia, 1985.